

tempo e presença

publicação mensal do CEDI

número 152 julho de 1979



Bíblia hoje

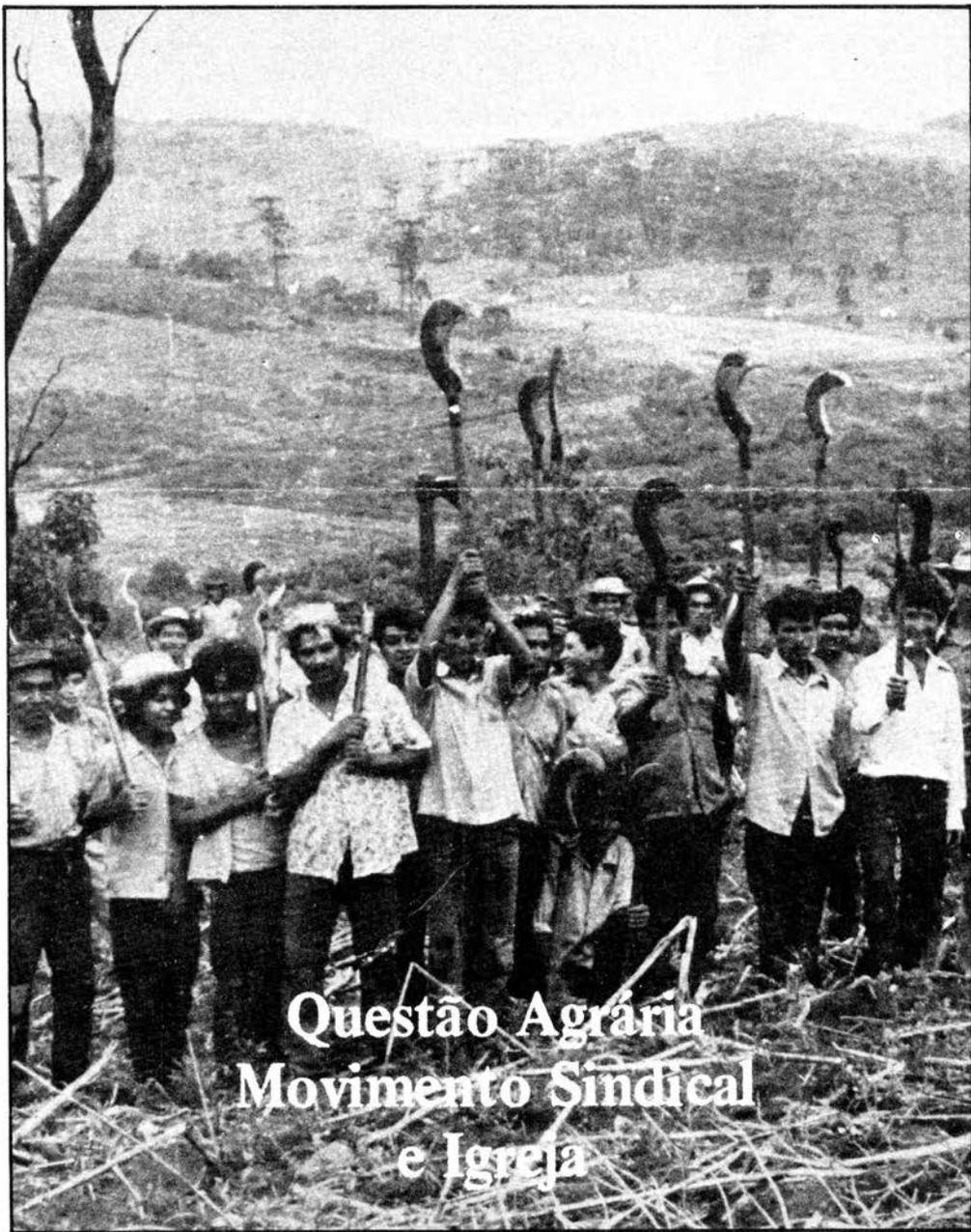
Nas origens da Bíblia o trabalho é apresentado como um castigo, mas é através do trabalho humano, quando feito de acordo com os desígnios de Deus, que virá a Redenção.

Um estudo sobre a palavra dos profetas, na página 21.



Aconteceu

O Reverendo Philip Potter, atual secretário Geral do Conselho Mundial de Igrejas visitou o Brasil nos primeiros dias de julho. Esta e outras notícias em Aconteceu, a partir da página 10.



Questão Agrária Movimento Sindical e Igreja

A questão da terra é, neste momento, assunto obrigatório de todos os brasileiros comprometidos com a causa dos trabalhadores. O Documento nº 94 apresenta elementos para uma necessária reflexão, a partir da página 3.

Ai dos que juntam casa a casa. . . campo a campo. . .



EDITORIAL

"Ai dos que juntam casa a casa, acrescentam campo a campo até que não haja mais lugar e sejam os únicos proprietários da terra" (Isaias 5.8)

E o profeta na sua palavra percorre séculos e encontra eco na realidade do trabalhador rural do Brasil. Não são de hoje as inúmeras denúncias e manifestações a favor dos camponeses e índios expulsos de suas terras por fazendeiros que acumulam cada vez mais e por agroindústrias que, muitas vezes, usam da violência e da morte para expulsá-los.

E aos clamores do campo se une o gesto corajoso de tantos bispos e pastores evangélicos na defesa dos direitos dos pobres. Expulsos da terra vêm para a cidade alimentando a fantasia da prosperidade. E encontram a prostituição, a marginalidade, a exploração, o dormir nos cantos das ruas, o parir nas esquinas de um submundo indigno e desesperador. Impedidos de desenvolver as capacidades que trazem em si. Estrangeiros na sua própria terra. De mãos vazias... e ventres também.

E o profeta indaga:

*"Será que é o momento de habitardes em casas luxuosas?"
(Ageu 1.4)*

Luxo construído com a exploração e morte de tantos homens, mulheres e crianças.

O apóstolo confirma:

"Não sabeis que sois o santuário de Deus e que o Espírito de Deus habita em vós? Se alguém destruir o santuário de Deus, Deus o destruirá, porque o santuário de Deus, que sois vós, é sagrado"

(1 Cor 3.16-17)

E é por isso que as vozes das Igrejas protestam contra esta situação calamitosa dos trabalhadores rurais. Eles – o templo vivo de Deus – estão em ruínas e espoliados no seu direito à terra e à vida.

E nesta perspectiva, as Igrejas buscam incentivar os pobres para começar a organizar-se na reivindicação dos seus direitos e para a vivência integral da sua fé.

"Se não lutarmos contra os estrangeiros para pormos a salvo nossas vidas, nos exterminarão bem depressa da terra"

(1 Macabeus 2.40)

TEMPO E PRESENÇA soma seus esforços com os que lutam e denunciam esta opressão desenfreada em busca do lucro, que profana homens, mulheres e crianças, templos vivos de Deus.

tempo e **presença**

CENTRO ECUMÊNICO
DE DOCUMENTAÇÃO E
INFORMAÇÃO – CEDI

Diretor:
Domicio Pereira de Matos
Redator responsável:
Paulo Cezar Loureiro Botas
Equipe de Redação:
Beatriz Araujo Martins, Celina Costa
Ribeiro, Claudio Araujo Nascimento,
Claudius Ceccon, Jether Pereira
Ramalho, Maria da Graça Floriano,
Virgílio Lourencetti Junior.
Coordenação e Planejamento visual:
Claudius Ceccon

Arte:
Sergio Reis
Assinatura anual Cr\$ 180,00
Remessa em cheque pagável no Rio,
para Tempo e Presença Editora Ltda.
Caixa Postal 16.082 – ZC-01
20.000 – Rio de Janeiro – RJ
Publicação mensal
Registro de acordo com
a Lei de Imprensa

Questão Agrária Movimento Sindical e Igreja



No momento em que se diz não à Reforma Agrária, em que se ameaça usurpar aos trabalhadores rurais direitos trabalhistas já conquistados, em que se propõe uma política de crédito que reforça o modelo concentracionista no campo, neste momento a questão da terra é assunto de todos os brasileiros comprometidos com a causa dos trabalhadores.

Por isso, os trabalhadores rurais não estão isolados em suas reivindicações. Setores importantes da vida política nacional, ligados às camadas populares, fizeram-se representar no III Congresso Nacional, realizado em Brasília, entre os dias 21 e 25 de maio último por iniciativa da Confederação Brasileira dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Entre eles, a Igreja e a classe operária.

D. Ivo Lorscheiter, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e D. Thomas Balduino, presidente do Conselho Indigenista Missionário, foram calorosamente aplaudidos na presença e na palavra de D. Orlando Dotti:

“Como filho de pequenos agricultores do Rio Grande do Sul e como bispo de uma das áreas mais explosivas em termos de conflitos agrários no Brasil, o interior da Bahia, trago-vos uma palavra de estímulo e de fé na luta pela vossa libertação e pelo reconhecimento dos direitos de vossa classe”.¹

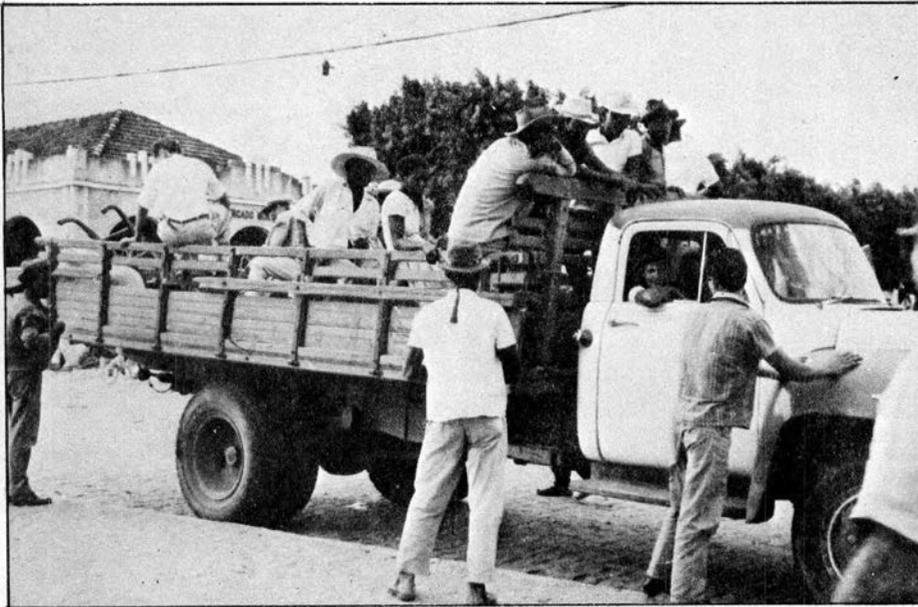
A Comissão Pastoral da Terra, representada por trabalhadores e agentes de pastoral de todas as regiões do Brasil, participou ativamente do trabalho das comissões que funcionaram durante o Congresso

A classe operária também juntou sua voz à dos congressistas. Um telegrama de

São Bernardo do Campo arrancou da Assembléia demorada ovação a Lula e as palavras de João Carlos, do Sindicato dos Petroquímicos de Caxias, sensibilizaram na mesma medida.

Representando todas as categorias de trabalhadores rurais, procedentes de todas as regiões do país, os 1.500 delegados presentes ao Congresso, questionaram radicalmente a estrutura sindical, a legislação trabalhista, a política agrária e a previdência social vigentes, e reafirmaram a necessidade de uma Reforma Agrária “ampla, massiva e imediata”.

Este é, portanto, um momento oportuno para refletir sobre as questões relati-



Aspecto do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais
Brasília, maio, de 1979

vas ao campo no Brasil, o modo pelo qual o movimento sindical as têm colocado e a posição da Igreja face à luta dos trabalhadores rurais.

ESTRUTURA SINDICAL E SUAS LIMITAÇÕES

Os dirigentes mais atuantes do movimento sindical rural têm-se mostrado conscientes das limitações que a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) impõe à organização e à luta dos trabalhadores e têm denunciado a origem dessa legislação que serve de entrave ao seu movimento:

“... depois de 1930, e sobretudo depois de 1937, o sindicalismo brasileiro foi sendo atrelado à máquina estatal. A Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943, que de um lado, avançou em matéria trabalhista, firmando conquistas obtidas pelo Movimento Sindical em décadas anteriores, de outro lado, em matéria de legislação sindical, representou um retrocesso, indo buscar inspiração na legislação fascista da Itália, feita para liquidar com o

poderoso Movimento Sindical daquele país europeu. A CLT instituiu um sindicalismo vertical que, ao dificultar uma maior integração do Movimento e uma maior participação do trabalhador..., abriu caminho, em todos os níveis, para o controle das entidades classistas pelo Ministério do Trabalho”.²

Estes mesmos dirigentes, no entanto, estão convencidos de que é através dos sindicatos que parte de sua luta tem que se desenvolver e procuram formas de atuação que lhes permitam romper com as limitações com que se defrontam:

“Uma dessas formas é o trabalho de formação e treinamento de dirigentes que desenvolvemos, a fim de obtermos uma maior consciência dos problemas que vivemos no campo, e dos direitos que nos são assegurados...”

A outra forma, e que é o nosso trabalho principal, é firmar nosso Movimento Sindical em suas bases, através de um maior contato com os trabalhadores, seja nas fazendas, nas comunidades, nas sedes das Entidades, a fim de obtermos uma maior organização e articulação dos traba-

lhadores. Paralelamente a essa atuação, participamos também de um trabalho sindical educacional integrado a nível nacional, elaborado por todo movimento sindical de trabalhadores rurais, e executado pela CONTAG, com a ajuda das Federações de Trabalhadores na Agricultura, onde participam trabalhadores e dirigentes sindicais de todo o Brasil, ampliando-se assim ainda mais a troca de experiências, forjando nossa união e reflexão em torno de problemas mais gerais”.³

Os trabalhadores não se limitam a denunciar a estrutura social, ou a procurar, na prática, os espaços de atuação não obstruídos por ela. No III Congresso defendeu-se a tese de que é preciso:

1. modificar a Consolidação da Legislação Trabalhista, especialmente do título V, que atrela o sindicato ao poder público, para que somente aos trabalhadores caiba decidir sobre a fundação, estatutos, eleições, direitos e deveres dos sócios, prestações de contas.

2. que seja livre a negociação entre patrões e empregados.

3. que seja abolida a legislação anti-greve.

4. que se faça a reintegração de todos os líderes afastados do movimento sindical pelos atos de exceção, através da anistia ampla, geral e irrestrita.

Afirmou-se, ainda, que a liberdade sindical e a participação dos trabalhadores na vida nacional dependem da plena vigência da Democracia.

ESFORÇO DE UNIDADE

A organização sindical agrupa hoje categorias de trabalhadores rurais cuja diversidade de recursos e interesses implica na diversidade de posições. Daí que a força de certas reivindicações seja maior para determinadas categorias e menor para outras. É o caso, por exemplo, de reivindicações pertinentes ao fornecimento de crédito bancário e garantias de preços mínimos. São reivindicações que têm apelo muito maior para pequenos produtores

sindicatos são organizações em que devem predominar os interesses de uma coletividade, a classe trabalhadora, cuja única força é a força da união

que já têm garantida a posse da terra necessária a sua manutenção. Por outro lado, os que se incluem nas categorias de posseiros, moradores e parceiros ou, cuja disponibilidade de terra é insuficiente para o sustento da família, são muito mais sensíveis ao cumprimento das medidas relacionadas com a distribuição, posse e uso da terra.

Ênfase em uma, e não em outra reivindicação, não quer ainda dizer conflito de interesses, mas isto também ocorre no movimento sindical. De fato, a exigência de amplos setores do campesinato, compostos de assalariados a títulos diversos, de que sejam cumpridos e aperfeiçoados os direitos trabalhistas, fere interesses daqueles setores camponeses que acumulam sobre o trabalho de outros e cuja trajetória tende a identificá-los com pequenos empresários.

Em virtude, porém, de uma conjuntura em que é preciso juntar forças, e não dispersá-las, o III Congresso representou um esforço político de unidade:

“Faz parte do Movimento Sindical realizar reuniões. E não podia ser diferente, pois os Sindicatos são organizações em que devem predominar os interesses de uma coletividade, a classe trabalhadora, cuja única força é a força da união.

*Mas um Congresso tem um significado especial. Um Congresso é uma ocasião para qualquer grupo afirmar sua unidade e marcar sua presença na sociedade”.*⁴

Ao final do Congresso chegou-se a um conjunto de denúncias, reivindicações e propostas de luta, unitário e isento de concessões. Na pauta de resoluções finais, os interesses majoritários dos setores mais sujeitos à exploração, foram incorporados na íntegra. Dela constam com destaque reivindicações que visam inclusive aos interesses de categorias às quais a estrutura sindical opõe obstáculos não só no que se refere ao acesso aos direitos, mas também à inserção no movimento. Este é o caso dos trabalhadores volantes, como bóias-frias, peões e clandestinos.

PREOCUPAÇÃO COM A REPRESENTATIVIDADE

Considerando todas as limitações referidas, os dirigentes sindicais organizam seu movimento, e organizaram seu III Congresso Nacional de modo a propiciar a maior amplitude e garantir a continuidade das discussões dos grandes temas, desde as bases sindicais:

“... o III Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais não está começando nesta abertura solene e não se encerrará em nossa reunião do dia 25...”

Preocupado em fazer de seu Congresso uma verdadeira assembleia de classe, o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais buscou os meios de suprir suas limitações. Desde pelo menos outubro do ano passado, através de reuniões preparatórias a nível estadual e regional, e de discussões em assembleias de Sindicatos e até mesmo de delegacias sindicais, que este Congresso começou a existir...

É preciso também lembrar que, além de uma discussão ampla das questões a

serem tratadas nesta nossa reunião, os representantes dos Sindicatos de cada Estado foram escolhidos pelo conjunto dos dirigentes estaduais e são como delegados de todos os Sindicatos e representando a totalidade dos trabalhadores rurais de seus Estados que eles estão aqui... E é por essa razão que dissemos antes que o Congresso também não se encerra aqui. Ele só se complementará na medida que seus resultados sejam discutidos com cada dirigente sindical, com cada delegado sindical, com cada camponês”.⁵

De fato, os organizadores do Congresso, procuraram ampliar as bases de discussão e representação. Os 1.500 trabalhadores presentes ao Congresso não eram apenas componentes das Federações a nível estadual. Lá estavam presentes delegados de 50% dos Sindicatos, a nível municipal, existentes em todo país.

CONSCIÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO

Se a liderança consciente dos trabalhadores não abandonou a luta sindical foi,

Bóias-frias em São Paulo



certamente, por conhecer a história de suas conquistas e o momento em que foram alcançadas muitas das prerrogativas das quais, apesar de tudo, o movimento sindical ainda dispõe. Por isso, não pensam tais prerrogativas e direitos, como embustes legais ou dádivas do poder autoritário. E não têm escrúpulos de valer-se das prerrogativas que têm e exigir o cumprimento dos direitos adquiridos:

“Nós conseguimos o Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, que ainda hoje continua em vigor, como é o caso da Lei 5889.

Dada aquela motivação da organização camponesa, aquela pressão, inclusive não podemos esquecer que além da Igreja que ajudou na organização, estimulando a organização camponesa naquela época através de Sindicatos, percebe-se também o papel das Ligas Camponesas na motivação da organização dos camponeses, principalmente no Nordeste.

É dado esse agrupamento, essa exigência dos trabalhadores por reformas na estrutura agrária brasileira, em 1964, nós conseguimos o Estatuto da Terra, acredito que como resposta àqueles anseios dos trabalhadores, através de suas lutas até 1964”.

E ainda:

“Mesmo assim, com todo esse fechamento, a CONTAG, com as suas Federações filiadas, tanto intensificou a criação de sindicatos em todos os municípios, que em 1968 existiam apenas 11 Federações, 500 Sindicatos e 700.000 trabalhadores sindicalizados, e passamos hoje para 20 Federações, para 2.500 Sindicatos e 5 milhões de trabalhadores sindicalizados”.⁶

De fato, o número de entidades sindicais se multiplicou nesse período e não foi apenas por obediência a uma estratégia controladora do governo mas, fundamentalmente, em virtude da iniciativa de lideranças camponesas que procuraram explorar todas as formas de resistência à política dos governos autoritários e anti-populares.

Neste sentido, é bom lembrar que no mesmo período, todos os demais setores atingidos pela opressão trataram de aproveitar os espaços existentes. Nestes espaços, o espaço sindical entre eles, acumularam forças que não podem ser negadas.

Por outro lado, a organização e as reivindicações do movimento sindical rural têm uma história que não se restringe ao período de autoritarismo e repressão.

Têm raízes numa outra conjuntura, na qual as forças populares tinham maior poder de barganha frente ao Estado e puderam impor conquistas às classes dominantes.

A criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, CONTAG, por exemplo, foi uma resolução tirada da I Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais, realizada de 15 a 20 de julho de 1963, na cidade de Natal. Daquela Convenção participaram delegações de 17 estados brasileiros, sob hegemonia dos estados nordestinos. Significativamente, nestes estados é que se desenvolvia a luta mais organizada dos trabalhadores e que maiores repercussões políticas tiveram.

A legislação trabalhista não alcança menores que trabalham como bóias-frias - São Paulo 1979



Também integravam as resoluções da Convenção de 63, o Estatuto do Trabalhador Rural, a Previdência Social e a Reforma Agrária. Com relação à Reforma Agrária, a resolução dizia que:

“os latifundiários, as terras inexploradas e abandonadas e as economicamente mal aproveitadas sejam desapropriadas por utilidade pública pelo Governo e vendidas, a longo prazo, a legítimos camponeses, isto é, aqueles que cultivam a terra. Sugerimos que a distribuição das terras seja feita por doação, venda ou arrendamento compulsório. As propriedades seriam dos camponeses e exploradas em formas familiares, coletivas e cooperativas, segundo as necessidades de cada região”.⁷

A atual lei nº 4.504 que dispõe sobre a Reforma Agrária, é conhecida como Estatuto da Terra, e foi aprovada em novembro de 1964. Apesar de ter falhas e de ter sofrido muitos vetos, ela conserva o espírito e constitui mesmo, um aprofundamento da Reforma Agrária conforme pleiteada na Convenção de 63. Embora aprovado em 64, o projeto do Estatuto da Terra foi elaborado numa fase anterior, de franco ascenso da luta popular.

Portanto, quando hoje os trabalhadores reivindicam a aplicação do Estatuto da Terra, não estão se limitando a uma lei votada pelos governos autoritários, mas sim reivindicando o cumprimento de um direito que é fruto de sua luta e que o governo pretende transformar em letra morta apesar de constar da própria Constituição.

APROFUNDAMENTO DA LUTA SINDICAL

Se hoje, ao defender a tese da Reforma Agrária, através de suas entidades sindicais, os trabalhadores rurais dão continuidade a uma luta anterior a 64, isto não quer dizer que não a tenham aprofundado com relação ao que pleiteavam antes.

um conjunto de medidas que visem a promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade



A favela é a única solução ao alcance dos que vêm à cidade

Querem agora uma Reforma Agrária “ampla, massiva e imediata” e entendem-na como:

“um conjunto de medidas que visem a promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade”.

Ao enfatizar a “distribuição da terra” e as “modificações no regime de sua posse e uso” deixam claro que as medidas que pleiteiam não se esgotam na simples ocupação de terras públicas através da colonização.

E propõem:

1. que as lideranças sindicais assumam a luta pela Reforma Agrária
2. que exijam a criação de um Conselho Consultivo para operar junto ao INCRA com representação contínua e ativa de trabalhadores
3. que a Reforma Agrária seja implantada imediatamente

4. que abranja todas as categorias de trabalhadores rurais e beneficie em grande número

5. que ponha em jogo um grande estoque de terras.

E assim como parte da liderança sindical atuante, consciência de que nem toda lei que beneficia a classe é dádiva deste ou daquele poder, também existe a clareza, adquirida na prática sindical, de que a maneira pela qual certos direitos foram colocados ao seu alcance tem implicações negativas sobre o trabalho que procuram desenvolver através de suas entidades. É o que se passa com relação à extensão dos benefícios previdenciários aos trabalhadores rurais e à maneira pela qual o governo impingiu aos sindicatos o encargo de lidar com funções de caráter assistencial:

“na realidade, o FUNRURAL finda por ser um encargo muito pesado para o Sindicato, obrigando-o a se desviar de suas tarefas fundamentais, colocando o trabalho assistencial na frente do trabalho reivindicatório”.⁸

É claro que as implicações negativas do atrelamento do FUNRURAL aos Sindicatos, não foram sempre claras para os dirigentes, mesmo para alguns daqueles mais afinados com os interesses de sua classe. Mas não tardou a surgirem impasses entre dirigentes sindicais e associados em função mesmo da insuficiência de recursos e métodos disponíveis no FUNRURAL para a tarefa de assistência. Muitos dirigentes se aperceberam do embuste através desses impasses e passaram a denunciá-lo.

O que estamos tentando sugerir é que a intenção de controlar por parte do governo, não líquida com os espaços de atuação nem com a capacidade crítica dos líderes sindicais face às medidas governamentais.

Além de tudo isto existem as chamadas oposições sindicais rurais. Elas surgiram principalmente naqueles estados nos quais uma liderança pelega firmou-se na direção do movimento. Em muitos lugares, apesar dos obstáculos interpostos, tais oposições têm conseguido assumir o controle de alguns sindicatos, engrossando o número de lideranças autênticas que atuam no movimento.

“Como vemos, foi uma luta desigual. De um lado a situação com todos os recursos e apoio da Federação; de outro a oposição enfrentando todo tipo de dificuldades colocadas pela própria Federação e Diretorias pelegas. Mesmo assim os trabalhadores rurais de Nova Veneza conseguiram eleger a chapa de oposição. E em Bela Vista foi eleita a chapa única formada por companheiros mesmos”.⁹

A oposição sindical esteve presente também no III Congresso de Trabalhadores rurais:

“Companheiros da Oposição Sindical do Estado de Goiás também estão lá entre os 1.500 participantes. Eles foram com o objetivo de levar as reivindicações da classe e discutir com os demais companheiros, a situação do povo do campo”.¹⁰

A noção de que o sindicato é um instrumento valioso de atuação de classe e

que, apesar de suas limitações atuais, é preciso lutar através dele, é partilhada pela Igreja ao colocar-se o problema da organização dos trabalhadores:

“Não haverá verdadeiro desenvolvimento rural, sem a participação livre, consciente e responsável dos agricultores. Essa participação deve ser concretizada através de organismos intermediários, como Sindicatos e Cooperativas organizados autônoma e livremente e na forma que mais convém às necessidades dos interessados”.¹¹

A questão da competência dos sindicatos enquanto órgãos de representação da classe é retomada na seguinte interpretação da Linha 1 de ação da CPT:

“Uma recomendação explícita da Linha 1 é justamente ‘não transformar os lavradores’ mais atuantes em homens distantes do seu povo’. Ou seja, nem preparar lideranças artificiais, nem absorver lideranças naturais. Não criar ‘instrumentos cristãos’ de organização dos trabalhadores, mas estimular os trabalhadores cristãos a se reunirem em torno do instrumento natural de organização de sua própria classe que é o *sindicato*”.¹²

Tais considerações não excluem outras formas de organização e de luta no que se refere à questão da terra no Brasil. A Igreja tem tido um papel frente à questão que ninguém desconhece.

A IGREJA E O MOVIMENTO SINDICAL

De fato, a luta dos trabalhadores rurais não se aprofundou apenas no âmbito do movimento sindical. Nesse tempo de opressão, multiplicaram-se as comunidades eclesiais de base com suas cooperativas, escolas, roças comunitárias, além de celebrações, grupos de evangelho e tantas outras atividades criadas para estimular a participação e a ação conjunta.



Bahia, 1979

E ninguém desconhece a atuação da Comissão Pastoral da Terra que desde 75 vem multiplicando seu trabalho de denúncia de organização e de conscientização dos trabalhadores com relação a seus direitos, através da criação das comissões regionais.

Estas formas de ação e organização ligadas à Igreja, são sobretudo fortes naquelas áreas ou momentos em que os sindicatos inexistem, sofreram intervenção ou são sindicatos “fracos”, como os próprios trabalhadores costumam classificá-los.

Em quaisquer situações tem sido possível constatar a ação conjunta Igreja-entidades sindicais. São manifestos de apoio e solidariedade mútuos em tudo que se refere à prática de defesa dos trabalhadores, é o incentivo que a criação de sindicatos recebe dos agentes religiosos, é o próprio

recrutamento de lideranças sindicais entre os componentes da base da Igreja.

A conjugação de esforços entre a Igreja e as entidades de classe tem sido tão frequentes e é tão necessária na conjuntura atual que basta tomar aleatoriamente alguns textos de Igreja e outros de representações sindicais para encontrarmos as mais diversas formas de ação conjugada.

Às vezes, o que se vê é a Igreja empregar seu espaço sagrado à ação dos dirigentes sindicais, conferindo à luta dos trabalhadores um caráter ritual e religioso, juntando e não opondo, fé e participação política.

“Na Igreja de Mocambo, onde o pessoal se reuniu, falaram os dirigentes dos Sindicatos, da FETASE e da CONTAG, todos ressaltando a união e solidariedade da classe trabalhadora rural...”

... só uma efetiva Reforma Agrária poderá abrir caminho para a solução dos conflitos que, de modo latente ou expresso, se fazem presentes em todas as regiões do País.

Em seguida, *no altar-mor da igreja*, foram colocadas contribuições em dinheiro e alimentos para aliviar a fome dos trabalhadores da Ilha, enquanto *eram cantados hinos religiosos e canções que falam do esforço dos trabalhadores rurais pelo direito à terra...*¹³

Outras vezes, a ação da Igreja se fez como manifestação pública de repúdio à reação desencadeada contra a ação sindical.

No dia 26 de setembro de 1977 a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia, lançava sua nota de repúdio ao assassinato do Dr. Eugênio Lyra, dos Sindicatos Rurais de Santa Maria da Vitória, Coribe e Bom Jesus da Lapa. Logo em seguida, a Comissão Pastoral da Terra — Nordeste III se fez ouvir:

“Ao tomarmos conhecimento do assassinato de Eugênio Lyra, advogado dos posseiros na Região do São Francisco, queremos solidarizar-nos com seus familiares, com os Sindicatos e a Federação e sobretudo com os trabalhadores ao lado dos quais ele sempre se colocou...”¹⁴

A nota da CPT terminava com versos de lavradores que mostram como o povo

junta com naturalidade a sua crença com a sua luta, a sua Igreja com a sua vida:

“Pois Deus está com seu povo
Que luta com teimosia
Ele é a sua força
Nele está a garantia
Do povo que luta unido
Com coragem e valentia”

Mesmo com relação às reivindicações defendidas pelas entidades sindicais parece que temos agora mostras de maior sintonia da Igreja com as entidades dos trabalhadores. De fato, face à Reforma Agrária, por exemplo, que é a bandeira de luta das entidades sindicais, vemos como é diferente da atitude de reserva que caracterizou a atitude da Igreja antes de 64, a decisão e a clareza que marcam o testemunho de alguns bispos.¹⁵ Na Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou a situação no campo, depuseram, em 1977, vários representantes da Igreja:

“Em nome dessa Igreja, sal da terra e luz do mundo...” diziam D. Agostinho José Sartori, bispo de Palmas, Paraná, e Gernote Kirinus, Pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil:

“Os céus pertencem a Javé, mas a terra ele a deu a todos os filhos de Adão”.

“Que se respeitem as decisões tomadas no sentido de implantar a Reforma Agrária conforme está previsto na atual legislação do Estatuto da Terra”.

Da Amazônia, vieram os testemunhos de D. Henrique Froelich, bispo de Diamantino, Mato Grosso:

“Finalmente, achamos que a solução do problema estaria numa política agrária voltada para a fixação e dignificação do homem do campo, através da aplicação do Estatuto da Terra, sintonizando com o espírito das Encíclicas Papais e com os ideais cristãos de uma ordem sócio-econômica justa e humanista”.

De D. Moacyr Grechi, bispo do Acre-Purus, Presidente da CPT e membro da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB:

“... só uma efetiva Reforma Agrária poderá abrir caminho para a solução dos conflitos que, de modo latente ou expresso, se fazem presentes em todas as regiões do País”.

E de D. Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia, Mato Grosso:

“Ressuscite-se o Estatuto da Terra, parta-se para a Reforma Agrária, que a CONTAG vem pedindo, num clamor sobre o deserto. Ponha-se um limite a coibiça do latifúndio...”¹⁶

REFERÊNCIAS

¹ Discurso proferido por ocasião do III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais.

² Discurso de abertura do Presidente da CONTAG, José Francisco da Silva, por ocasião do referido Congresso.

³ “Situação e organização dos Trabalhadores no Rio de Janeiro”, de Eraldo Lirio de Azevedo, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, *in* Ensaio de Opinião, Volume 11, de 1979.

⁴ Discurso do Presidente da CONTAG, já referido.

⁵ Palavras do Presidente da CONTAG, discurso já referido.

⁶ “Atuação dos Sindicatos junto aos Trabalha-

dores Rurais”, de José Francisco da Silva, Presidente da CONTAG, *in* Ensaio de Opinião, já citado.

⁷ I Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais, Natal, RGN. Publicação e responsabilidade da Comissão Coordenadora da Convenção.

⁸ Conversa de Caboclo, jornal da FETAG-RJ, 1º de maio de 1979, p. 7.

⁹ Boletim, Diocese de Goiás, Ano XII, maio de 1979.

¹⁰ Idem.

¹¹ Resolução da 17ª Assembléia Geral dos Bispos do Brasil, citado por D. Orlando Dotti, discurso já referido.

¹² “Atuação da Igreja junto aos trabalhadores

rurais”, de Antonio Carlos de Moura Ferreira, *in* Ensaio de Opinião, já citado.

¹³ O Trabalhador Rural — Revista de CONTAG, Ano 10, nº 11 a 12, Nov/Dez de 1978, p. 12. O texto se refere aos posseiros da Ilha de São Pedro, SE.

¹⁴ SEDOC, Volume 10, Jan/Fev de 1978, nº 108, pp. 641/643.

¹⁵ Ver “A Igreja Católica e o Problema da Terra no Brasil”, de José Ricardo Ramalho e Neide Esterci, *in* Cadernos do ISER, nº 8. Ver também o texto de Antonio Carlos de Moura Ferreira, citado.

¹⁶ Todos os depoimentos de onde foram extraídos esses textos citados constam da Revista do SEDOC, Vol. 10, Out/Nov de 1977, nº 105.

Aconteceu



Os amigos e as faixas no aeroporto: dez horas de espera por Ibrahim

LÍDER METALÚRGICO RETORNA

José Ibrahim, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, banido do país há 10 anos, voltou dia 27 de maio e foi recebido no Aeroporto de Viracopos por caravanas dos sindicatos dos metalúrgicos do ABC, Osasco, Campinas e por amigos e parentes. Ao chegar, foi submetido a um longo interrogatório pela Polícia Federal, onde,

segundo Ibrahim, o principal objetivo das perguntas era o de que traçasse uma comparação entre o sindicalismo praticado na Europa e o brasileiro. Atendendo aos pedidos de "Fala Ibrahim", do alto da capota de um carro fez seu primeiro pronunciamento, afirmando que voltava para se "reintegrar na luta pelo trabalhador por um sindicalismo livre e pela criação de uma forte central nacional de trabalhadores".

DOPS ATUA NOS BAIRROS

Dirigentes de associações de bairros e diretores de associações de moradores de favelas estão sendo intimados pelo Departamento de Polícia Política e Ordem Social do Rio de Janeiro, para prestarem informações e serem identificados e cadastrados. A denúncia foi feita pelo Deputado José Frejat, que informou que os policiais pedem a essas pessoas um exemplar dos estatutos da entidade e pedem endereço e qualificações completas de todos os membros dessas associações.

DEPUTADOS QUESTIONADOS

A CPT (Comissão Pastoral da Terra) do Maranhão iniciou a distribuição de um documento destinado às comunidades de Base da Igreja no interior e na periferia da capital do Estado, intitulado "Eleitos por quem?". O documento pretende prosseguir o trabalho de conscientização do homem do campo, explicando o que é um mandato e como acompanhar o uso do mandato, visando a fazer com que o lavrador exija um bom desempenho dos parlamentares a quem elegeram.

POSSEIROS AMEAÇADOS

160 famílias de posseiros da Fazenda Primavera, de propriedade de J.J. Abdalla, reuniram-se em Andradina - SP e decidiram formar uma comissão para representá-los junto à Comissão de Justiça e Paz, a fim de evitar a ameaça de despejo e ao mesmo tempo,

buscar a regularização da área que ocupam há 37 anos. As 300 famílias que moram na área produzem uma série de produtos agrícolas em suas glebas e entregam 30% das safras colhidas ao industrial. Algumas famílias já receberam notificação para abandonar a área e os posseiros denunciam que vêm sofrendo pressões de todo tipo por parte da administração. A maioria teve suas roças destruídas este ano pelo gado da fazenda, que foi solto no meio das plantações, para forçá-los a vender suas benfeitorias a preços vis.

MULTINACIONAIS NO GARIMPO

Documento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diadema - MT, denunciando multinacionais que estão invadindo as áreas diamantíferas, expulsando os garimpeiros, foi encaminhado ao Presidente da República e ao Ministro das Minas e Energia. Afirmando que vivem num clima de tensão, os próprios garimpeiros apresentaram propostas para a solução de seus problemas: retirar imediatamente da área "as firmas nacionais e estrangeiras de pesquisa e mineração; desapropriar as áreas de garimpo vendidas; criar condições para que o garimpeiro possa continuar seu trabalho de exploração e reconhecer o direito à terra.

FAMÍLIAS DESALOJADAS

Desalojados à força de suas terras por soldados da Polícia Militar e pistoleiros contratados por fazendeiros, 17 famílias de posseiros (103 pessoas) apelaram à Comissão de Pastoral da Terra, em Conceição do Araguaia - PA, no sentido de reaverem seus lotes ou serem indenizados adequadamente.

LAVRADORES PROTESTAM

Trinta e duas famílias de lavradores da Fazenda Crubixais, em Macaé - RJ, queixam-se, através da FETAG - RJ, ao Secretário da Agricultura do Estado que funcionários desta secretaria procuram embargar seus trabalhos e os vêm ameaçando com despejo, sob a alegação de que o Estado irá criar ali uma reserva florestal.

ASSEMBLÉIA GERAL DO CIMI

Com início no dia 27 à noite, está marcada para os dias 28 a 31 de julho, no Centro de Treinamento de Líderes de Goiânia, a próxima Assembléia Geral do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

A assembléia será composta por todos os bispos e preladados católicos do Brasil que têm comunidades indígenas na área de suas dioceses ou prelazias; pelo membro da Comissão Episcopal da CNBB (CEP), responsável pela linha missionária da entidade; pelos integrantes da diretoria do órgão e representantes de suas seções regionais.

APOIO ÀS GREVES

Em documento intitulado "A Igreja e as Reivindicações Populares", o cardeal Paulo Evaristo Arns defendeu a reformulação da legislação sindical, para desvincular os sindicatos do Ministério do Trabalho. O documento é resposta às acusações do delegado regional do trabalho em São Paulo, Vinicius Ferraz Torres de que o clero está dando cobertura exagerada aos movimentos grevistas. O apoio da Igreja aos movimentos grevistas foi declarado também, pelo Secretário Geral da CNBB, D. Luciano Mendes de Almeida.

PADRE NA CPI DA GRILAGEM

A primeira pessoa a prestar depoimento na CPI que apura a grilagem na Bahia, será o padre Freddy Servais, secretário-geral da Comissão Pastoral da Terra da Regional Nordeste III da CNBB e membro do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS). O religioso deverá fazer um relato documentado sobre o crescimento da grilagem na região do Vale do São Francisco a partir da implantação na área de grandes projetos de empresas oficiais, além de grupos agroindustriais privados.



PROTESTO OPERÁRIO

Cerca de 800 operários da Construtora Hochtief do Brasil S.A. rebelaram-se no canteiro de obras de uma organização bancária, localizada no conjunto Alphaville, em Barueri, SP, contra as más condições de trabalho, baixos salários e o não pagamento de horas extras. Policiais da região foram chamados para conter os operários e foram efetuadas algumas prisões, mas a polícia não liberou o nome de nenhum dos envolvidos na detenção, e no dia seguinte ao tumulto, os operários foram surpreendidos com a notícia da dispensa de 20 companheiros que encabeçaram o movimento. A maioria dos

trabalhadores são migrantes nordestinos e necessitam morar no próprio local. Mas denunciaram que os alojamentos não apresentam condições de higiene, com falta de água, presença de pulgas e parasitas; denunciaram também irregularidades no pagamento das horas extras e no cumprimento das leis trabalhistas (são contratados por 90 dias de experiência, e suas carteiras de trabalho só são assinadas após esse período); segundo um operário, a insistência para a correção nas folhas de pagamento tem motivado demissões em massa; pela refeição, são cobrados Cr\$. . . 23,00, "mas é comum jogarmos tudo fora, porque ninguém consegue comer, de tão ruim".

CONSELHO NACIONAL DAS IGREJAS

Reuniram-se em São Paulo, no dia 27 de abril passado os Dirigentes Nacionais das Igrejas. Estavam presentes: D. Arthur R. Kratz, bispo primaz episcopal, Rev. Sady Machado da Silva, bispo metodista, Pastor Augusto Ernesto Kunert, presidente nacional dos luteranos, Frei Felix Neeffjes, D. Paulo Ayres Mattos, bispo metodista. D. Clemente Isnard, vice-presidente

da CNBB e D. João Batista Przyklenk, bispo responsável pelo ecumenismo e diálogo religioso da CNBB, entre outros.

Segundo declarações do bispo metodista Paulo Ayres Mattos o que se pretende é ser um Conselho e não um Concílio que delibera sobre doutrinas. "Desejamos prestar um serviço aos setores mais carentes da nossa população, falando a favor do índio, do operário e do camponês e não em nome deles".

Malaquias

OLHAQÜI, MALACA,
O DEPARTAMENTO DE
TRÂNSITO VAI FAZER
LAVAGEM CEREBRAL
NOS MOTORISTAS
FALTOSOS!

AH, É?



VAI FAZER ISSO COM OS QUE
AVANÇARAM O SINAL E VENDERAM
PARTE DA AMAZÔNIA?

COM OS QUE COMETERAM EXCESSO
DE VELOCIDADE NA DILAPIDAÇÃO
DO NOSSO PATRIMÔNIO?

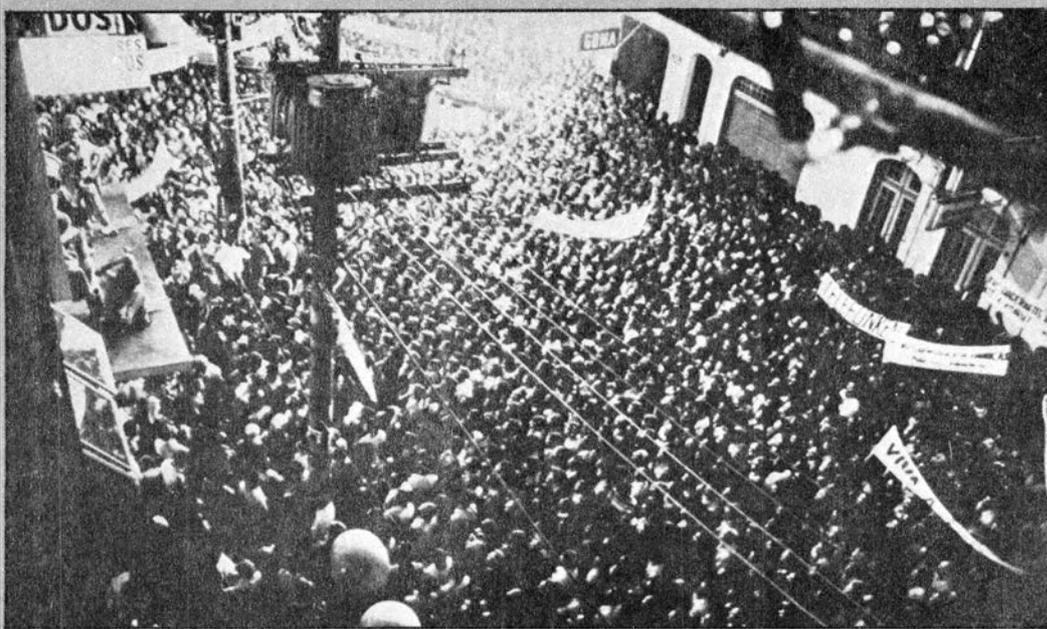


COM OS QUE ULTRAPASSARAM EM
LUGAR PROIBIDO E INVADIRAM AS
RESERVAS INDÍGENAS?

COM OS QUE, SEM HABILITAÇÃO, NOS
CONDUZIRAM PELOS DESCAMINHOS
NUCLEARES? COM OS QUE...



PÔ, MALACA,
NÉ NADA
DISSO!



Metalúrgicos de São Paulo em assembléia na rua: na véspera da votação que decidiria pelo fim da greve

METALÚRGICOS E O ACORDO

Em assembléias com cerca de 60 mil pessoas em São Bernardo do Campo, 3 mil em Santo André e 500 em São Caetano, da região do ABC de São Paulo, os trabalhadores metalúrgicos aceitaram o acordo elaborado no último dia 11 pelas diretorias afastadas dos três sindicatos e os empresários da Federação das Indústrias de São Paulo. Apesar de manifestações contrárias, o acordo foi aprovado; 63% para quem ganha até 3

salários-mínimos e 57% para quem ganha entre 3 e 10 salários. O acordo prevê desconto de cinquenta por cento das horas paradas durante a greve, deixando que cada indústria resolva a maneira de fazê-lo. Vai haver o desconto dos 11% concedidos no ano passado.

Em São Bernardo, o dirigente sindical, Luis Inácio da Silva, muito aplaudido, apesar de reconhecer que o acordo não foi o melhor para os metalúrgicos, pediu um voto de confiança à classe e conseguiu que os trabalhadores aceitass-

sem o acordo. No dia 20, seis dias depois de assinado o acordo, o Ministro do Trabalho suspendeu a intervenção nos três sindicatos do ABC, — que durou dois meses — e as diretorias afastadas reassumiram, afirmando que os problemas dos trabalhadores continuam e “a luta por melhores condições não foi interrompida”. Contrato coletivo de trabalho, recebimento dos dias parados e deflagração de nova greve são os temas que voltaram à pauta. Haverá uma assembléia com a categoria, para um balanço do movimento grevista ocorrido.

INVASÃO E SAQUE EM BELO HORIZONTE

Na madrugada de Primeiro de Maio o Centro de Estudos do Trabalho, o Centro Cultural Operário, Grupo de Estudos e Trabalho em Educação Comunitária e o Jornal dos Bairros tiveram suas sedes invadidas e saqueadas. Os prejuízos materiais foram consideráveis pois foram roubados todo o material de trabalho,

os fichários de endereços e de controle de pedidos de assinaturas e publicações. O acervo de publicações de organismos culturais ligados às lutas populares também foi roubado. Em nota publicada o CET (Centro de Estudos do Trabalho) declara: “A vilania de que somos vítimas indica a ameaça latente que continua

a pairar sobre todos os organismos e pessoas sintonizadas com as aspirações de justiça e liberdade do nosso povo.

Por isso entendemos que só a denúncia mais ampla possível de episódios como esses é que pode contribuir para que os mesmos sejam erradicados de vez em nosso país”.

TRABALHADOR RURAL

Depoimentos sobre a situação do trabalhador rural em Minas foram feitos pelo presidente (Ceciliano de Mattos) e o 2º secretário (Renan de Castro) ambos da FETAE — MG, no dia 27.5.79 na *Folha de São Paulo*. Chegam a quase 2 mil os desapropriados pela CODEVASF — Companhia de Desenvolvimento do Vale São Francisco, para a construção da represa de Gorumba, na região de Janaúba e Porteirinha. Para eles, o principal problema do homem do campo, nos dias de hoje, é a falta da terra. “Antes o trabalhador rural tinha meios de fazer uma cultura de subsistência e, por pior que fossem suas condições, fome, pelo menos, ele não passava. Hoje, cerca de 60% da população rural do Estado vivem nas cidades e precisam pagar aluguel, condução, água e ainda comprar comida. “Vítimas de desapropriações injustas, sem direito de cultivar sua lavoura de subsistência e sem o apoio financeiro do governo, o pequeno proprietário e o trabalhador rural vão se transformando no bóia-fria. E o bóia-fria é para Ceciliano de Mattos, o trabalhador rural mais sacrificado; mora nas favelas das cidades, trabalha sem vínculo empregatício, viaja de caminhão todos os dias para a roça e ganha, quase sempre, menos que o salário-mínimo. Já o empregado permanente quase não existe mais no campo e não chega a 1% da população rural do Estado. Denunciam ainda a precária assistência médica do FUNRURAL e acrescentam outros dados importantes: a aposentadoria do trabalhador rural é de apenas 50% do maior salário-mínimo do país; cresce o número dos casos de tuberculose e de doença de Chagas no interior de Minas Gerais; o índice de mortalidade infantil

no Estado, saltou de 98 casos por mil, em 1960, para 132 casos em 1976. A reportagem termina com a frase de uma mulher de Araçuaí, que mostra a extrema pauperização do homem do campo: "É a fome que a gente passa", disse a mulher, para explicar por que dos dez filhos que teve, apenas três sobrevivem.

SILICOSE MATA TRABALHADORES

Uma doença sem cura está matando mais de 30 mil trabalhadores brasileiros entre 25 e 40 anos de idade. É a silicose, que provoca uma inflamação do pulmão, cuja cicatrização produz um endurecimento progressivo do órgão até sua perda total de elasticidade e causando a incapacidade do indivíduo para o trabalho e até a sua morte. Outros milhares de trabalhadores brasileiros são portadores de outras doenças profissionais, como bissinose (dos que trabalham com algodão), asbestose, talcose, silicatose, antracose (do carvão), bronquite e asma. Todas são causadas pela aspiração de poeira no ambiente de trabalho. As questões relativas à responsabilidade por essas doenças e pelo ambiente de trabalho foram discutidas por cerca de 50 sindicatos e 4 federações de trabalhadores do Estado de São Paulo, durante a "Semana de Saúde do Trabalhador", a partir de um estudo técnico elaborado por especialistas. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Vidros, Cristais, Espelhos, Cerâmica de Louças e Porcelana, que faz parte da comissão que está elaborando o documento a ser encaminhado ao governo, revelou que dos 4 mil ceramistas da região, pelos menos 300 são portadores de silicose.

SAQUE POR FOME

Uma tentativa de saque, no Estado do Piauí ocorreu no município de Cocal, quando cerca de 300 lavradores com fome invadiram o mercado público, à procura de comida. Eles tinham vindo dos povoados de Boibá e Angico Branco, na Zona Norte do Estado. Para conter a multidão, o prefeito de Cocal distribuiu alimentos e prometeu ajuda. As autoridades não deram divulgação ao fato temerosas de que camponeses de outras regiões atingidas pela seca, se manifestassem da mesma forma. Boibá e Angico Branco foram as áreas mais duramente atingidas pela última estiagem e não contam com nenhuma produção agrícola e nem mesmo com propriedades capazes de oferecer empregos aos lavradores. Os dois povoados não foram incluídos na relação dos 35 municípios piauienses em que vigora o estado de calamidade pública.

IMPrensa ALTERNATIVA E REPRESSÃO

Com um mandato de interdição, busca e apreensão, agentes do DEOPS de São Paulo, ocuparam durante toda uma tarde, a redação do jornal *Versus*. Esta é a segunda vez em menos de uma semana, e a terceira em menos de 6 meses, que o jornal sofre vistoria policial, sempre com a mesma justificativa: perícia contábil. "Trata-se de mais um passo para silenciar a imprensa nanica", afirmou o deputado Fernando Moraes, vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. Ele informou à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Assembléia Legislativa que "está preparando um dossiê para comprovar que tudo o

FAVELADOS UNIDOS PROTESTAM

Mais de mil favelados se reuniram na igreja de Itaquera no dia 13 de maio para juntar forças contra o FUNAPS — Fundo de Assistência à População de Moradia Subnormal.

Há perto de mil favelas na capital paulista com cerca de 500 mil pessoas obrigadas a viver sem água, sem luz e em barracos precários de madeira. D. Angélico, bispo auxiliar de SP, conclamava os favelados "a união dos fracos vai vencer o egoísmo e toda a injustiça vai cair por terra e nós vamos construir uma sociedade de irmãos".

Uma assistente social declarava que "o governo lançou essa enganação do FUNAPS justamente ao ver que os favelados estavam se unindo para lutar contra o decreto assinado pelo governador que permitia o desfavelamento".

que estava previsto no documento do Centro de Informações do Exército — CIEEx, sobre a imprensa alternativa, já vem sendo executado". Segundo o deputado, "o governo montou uma malha para sufocar a imprensa nanica, que envolve o Serviço Nacional de Informação, SNI, o DEOPS, a Polícia Federal, a delegacia de Receita Federal, o Instituto de Polícia Técnica e a Delegacia Regional do Trabalho. Nós vamos denunciar publicamente essa ação e comprovar o que já vem sendo feito". A ABI e o Sindicato dos Jornalistas distribuíram nota, considerando o fechamento do jornal *Versus*, como "mais um passo na estratégia governamental de calar a imprensa oposicionista". (FSP — 16.5.79)

PRÊMIO NOBEL DA PAZ

A direção de Ação Social Ecumênica Latino Americana (ASEL) indicou o Monsenhor Oscar Arnulfo y Galdanez, Arcebispo de San Salvador para o Prêmio Nobel da Paz. Segundo as entidades ecumênicas sua candidatura "não será um mero reconhecimento pessoal mas a justa e necessária expressão solidária a quem como Ministro de Jesus Cristo tem sabido ser fiel ao Evangelho defendendo seu povo e falando por ele".

A Igreja de San Salvador tem sofrido constante perseguição e inclusive o assassinato de vários de seus sacerdotes.



Dom Paulo:
a manifestação vigorosa

LULA E A IGREJA

Lula ao ser entrevistado pelo jornal *O São Paulo* respondeu o seguinte sobre a atuação da Igreja:

"Eu disse certa vez que a Igreja como instituição sempre esteve muito mais ao lado dos detentores do poder do que do povo. Ainda hoje, eu reafirmo isso. Entretanto, não podemos dizer isso da Igreja de D. Paulo, de D. Cláudio, de D. Angélico, de D. Helder e de outros combativos homens em toda a parte do mundo".

Aconteceu

ESTUDANTES JESUÍTAS DENUNCIAM CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

Os estudantes jesuítas denunciaram, numa carta aberta, os acontecimentos ocorridos com o padre Luiz Fernando Klein SJ. O padre Luiz estava no México para um curso de 6 meses e neste íterim foi demitido de sua função de pároco da Paróquia de Cristo Ressuscitado em Padre Miguel. Segundo os teólogos estudantes, em nenhum momento Padre Luiz pediu demissão do seu cargo e o Vigário Episcopal do Vicariato Oeste estava ciente disso.

O segundo acontecimento que atingiu o jesuíta foi o fato de que, ao voltar do México, reassumiu o cargo de Presidente da Regional da CRB — Rio. Entretanto, uma semana após ele e toda a diretoria foram forçados a renunciar ao mandato que receberam dos Superiores Maiores deste Regional diante de constantes pressões e interferências da Presidência Nacional da CRB.

A carta aberta dos estudantes jesuítas denuncia estes dois fatos e presta toda a solidariedade ao Padre Luiz.

PESQUISA SOBRE TERRA INDÍGENA NO PARANÁ

O Conselho Mundial das Igrejas, com sede em Genebra, irá patrocinar um projeto que compreende pesquisas da realidade fundiária das áreas indígenas do Paraná. O prazo do projeto é de dois anos e tem um orçamento inicial de 520 mil cruzeiros. Os trabalhos serão desenvolvidos pela Pastoral da Terra, o CIMI, a Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI) coordenados pela Comissão Justiça e Paz do Paraná.



O general Ismarth ouve os índios do Xingu: "Não somos mais crianças"

REUNIÃO DE ÍNDIOS ACUSA A FUNAI

Os participantes da 2ª Assembléia Indigenista do CIMI-NE reunidos em Propriá no Sergipe denunciaram as tentativas de impedimento da autodeterminação das nações indígenas brasileiras, a conivência das autoridades a "interesses

outros", quanto à demarcação de terra dos índios e à morosidade com que os processos são conduzidos pela justiça, no caso de conflito de terras. Exigem ainda, o urgente posicionamento da FUNAI ante a questão das terras indígenas usurpadas, por fazendeiros e até mesmo pelo próprio Estado.

COMISSÃO DE PASTORAL OPERÁRIA

Foi criada a Comissão Pastoral Operária com um duplo caráter:

1. Operário: deve vir da classe operária, ser feito por ela e destinado a ela.

2. Pastoral: serviço à classe operária, para que ela encontre a presença de Cristo em sua luta pela libertação de todos os tipos de dominação.

A Comissão deverá ser formada por gente de várias regiões, favorecendo a reflexão em conjunto, ser um instrumento de evangelização da classe operária respeitando a sua autonomia. A Comissão tem como plano fazer a articulação das Pastorais Operárias nas várias regiões do País e publicar um boletim de dois em dois meses.

GREVE RURAL

O reajuste salarial de 42% decidido no dissídio coletivo, em setembro de 1978, não foi respeitado e 150 empregados da fazenda Banáurea, em Itanhaém, São Paulo, iniciaram a quarta greve rural do Brasil desde 1962. Durante 6 dias, no início de maio, 300 trabalhadores das fazendas Mambu e Barigui, em Itanhaém, estiveram em greve pelo mesmo motivo e, especialmente, pelo atraso de cinco meses no pagamento de seus salários. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da região, Arnóbio Vieira da Silva, reuniu-se com o delegado regional do Trabalho e declarou que se não houver uma solução para o problema, os trabalhadores estão dispostos a fazer uma nova greve, por tempo indeterminado.

BISPO DENUNCIA VIOLÊNCIA

D. Orlando Dotti, bispo de Barra na Bahia lançou uma nota solidarizando-se e denunciando que enquanto os moradores do Retiro da Picada, nos dias 9 a 11 de maio estavam trabalhando na ilha, tiveram suas casas demolidas com trator e queimadas pelos jagunços da "Agropecuária Umbuzeiro Ltda." de Antonio Bittencourt Mariani, deixando as crianças e as mulheres apavoradas e seus pais e maridos impedidos de voltar às suas famílias em número de 106.

E conclui D. Orlando: "Há contudo muito sangue derramado no vale do S. Francisco que brada ao céu e pede vingança..."

DOCUMENTO SOBRE PROBLEMAS DO CAMPO

O documento de conclusão da 17ª reunião da CNBB sobre problemas da terra afirma que se vem conseguindo certo desenvolvimento no setor rural, porém este desenvolvimento vem sendo conseguido com grandes sacrifícios e em prejuízo de muitos irmãos nossos, brasileiros — na grande maioria pobres e indefesos — com os quais a Igreja se solidariza. Referindo-se aqui aos chamados bóias-frias, posseiros, assalariados rurais, peões, índios, pequenos agricultores, famílias desapropriadas, aumento dos migrantes e favelados na periferia das grandes cidades e problemas de loteamento ilegais e clandestinos. O episcopado afirma que não haverá verdadeiro desenvolvimento rural, sem a participação livre, consciente e responsável, dos agricultores e que o sindicalismo rural deve ser fortalecido e incentivado.

SITUAÇÃO DEGRADANTE DAS PRISÕES

Cerca de 600 esquizofrênicos estão presos em penitenciárias comuns por falta de vagas nos Institutos Médicos Penais do Estado. A informação é do Juiz Francisco Horta, que afirmou que o sistema carcerário está totalmente ultrapassado, pois "as prisões são verdadeiras universidades do crime". Em vez de curar corrompem o preso. Segundo o juiz, "o que falta em nosso sistema não é a prisão, pois ela deve ser utilizada em último recurso, mas assistência social". Informou que 70% dos doze mil presos do estado são reincidentes e que 600 esquizofrênicos são colocados nus, misturados aos presos comuns, porque se tiverem roupas eles se enforcam e se matam de tão agressivos. O Juiz informou ainda que nas prisões do Estado, "os homens não escovam os dentes, não tomam banho diariamente e vivem em promiscuidade e ócio. Um indivíduo que passa anos de sua vida assim, não tem condições de sair e enfrentar a vida fora das grades pois a primeira coisa que lhe pedem é um atestado de antecedentes para que seja aceito em qualquer emprego".

NÃO! A UM PARTIDO POLÍTICO CRISTÃO

Em resposta às articulações que vêm sendo feitas por alguns parlamentares sobre a possibilidade de criação de um partido político cristão, o presidente da CNBB, D. Ivo Lorscheiter afirmou que "nenhum partido pode pretender o monopólio do cristianismo e já por isso acho pouco indicado que um Partido tenha o nome de cristão, como se os outros não o fossem".

MISSA PELO PADRE HENRIQUE

D. Helder Camara, arcebispo de Olinda e Recife oficiou uma missa campal em frente à Igreja matriz do Bairro da Várzea, na capital pernambucana em memória do Padre Henrique Pereira que há 10 anos estava à frente da Pastoral da Juventude daquela Arquidiocese e que foi encontrado morto em um matagal. Seu corpo estava amarrado com cordas, apresentava sinais de algemas nos pulsos, estava amordaçado e apresentava vários tiros e facadas. Hoje, é quase que unanimemente aceito de que tenha sido um crime político, já que a justiça até agora nada esclareceu. Na missa estavam presentes cerca de 500 pessoas além de vários padres e políticos.

OPERÁRIAS ACUSAM

Quarenta operárias que foram dispensadas pela Companhia de Desenvolvimento Agrário e Colonização do Acre entraram com reclamação na Justiça do Trabalho daquele Estado, acusando a empresa de não cumprir com uma série de obrigações trabalhistas, além de tê-las induzido a assinarem os avisos prévios sem que soubessem o que estavam assinando, uma vez que poucas sabem ler. As operárias informaram que só tiveram sua carteira de trabalho assinada na data da dispensa; reclamam que os homens ganhavam mais que elas, para fazerem o mesmo serviço. Sobre as condições de trabalho, declaram: "que a gente tem de trabalhar com sol ou chuva, senão cortam o ponto. Temos 10 minutos para tomar café; se passa um ou dois minutos, cortam o ponto. Se a gente adoce, não ganha de jeito nenhum. E o atestado médico eles rasgam".

A CNBB E A ANISTIA

Ao comentar o projeto de Anistia do governo a ser apresentado ao Congresso Nacional o Secretário Geral da CNBB, D. Luciano Mendes, disse: "o único limite para o perdão deve ser a prova concreta de que o cidadão é irrecuperável para o convívio social". Afirmou ainda que "o que preocupa a Igreja é o número de presos que já poderiam estar em gozo de sua liberdade e que permanecem presos por situações de arbítrio que ainda vigoram em nossa sociedade".



CONVITE A D. HELDER CRIA DILEMA

Não correr o risco de provocar reações nos meios militares, não desagradar o seu eleitorado, é o dilema que a bancada da Arena da Assembléia Legislativa de Pernambuco está enfrentando diante da iniciativa de um deputado do MDB de convidar o Arcebispo de Olinda e Recife, D. Helder Câmara para pronunciar uma palestra sobre as conclusões da Conferência de Puebla no plenário da Assembléia. Na última vez em que isso aconteceu (1971) o fato provocou a renúncia do então presidente da Assembléia, líder do partido da situação, cujos deputados temiam pela cassação dos seus mandatos.

ISER TEM NOVA DIRETORIA

O Instituto Superior de Estudos da Religião reuniu-se nos dias 26 e 27 de maio em São Paulo para a apresentação das pesquisas que estão sendo realizadas e eleição da sua nova diretoria. Estavam presentes Rubem Alves, presidente do ISER, Carlos Rodrigues Brandão, Jether Pereira Ramalho, D. Benjamin Souza Neto, Fany Ricardo, Rev. João Pedro de Aguiar, Rev. Joaquim Beato, Rev. João Dias de Araújo, Rubens César Fernandes, Paulo César Loureiro Botas, Pierre Sanchiz, Alba Zaluar e Virgílio Lourençetti Junior. Os seminários apresentados foram sobre a Missão Indígena nas Fronteiras, pelo antropólogo Rubens César Fernandes, um histórico sobre o CIMI pela socióloga Fany Ricardo, Tendências do Pensamento Conservador Católico pelo Dr. Benjamin de Souza Neto, e A Formação do Pensamento Católico Progressista em 63/64 pelo Prof. Paulo César Loureiro Botas. A nova diretoria eleita tem como presidente Rubens César Fernandes e como secretário-geral Paulo César Loureiro Botas, ambos com doutorado nas universidades européias.

DENÚNCIA AO CAPITALISMO RURAL

Foi denunciado em Itaici — SP, durante a 17ª Assembléia da CNBB, a invasão do campo e a região de posseiros e reservas indígenas pelo chamado capitalismo rural. D. Orlando Dotti, bispo da Diocese da Barra — BA afirmou que "os incentivos fiscais do governo, terminam por ajudar o capitalismo rural, em lugar de auxiliar os pequenos agricultores, os quais nunca tiveram, na realidade, incentivos".

Aconteceu

ANISTIA

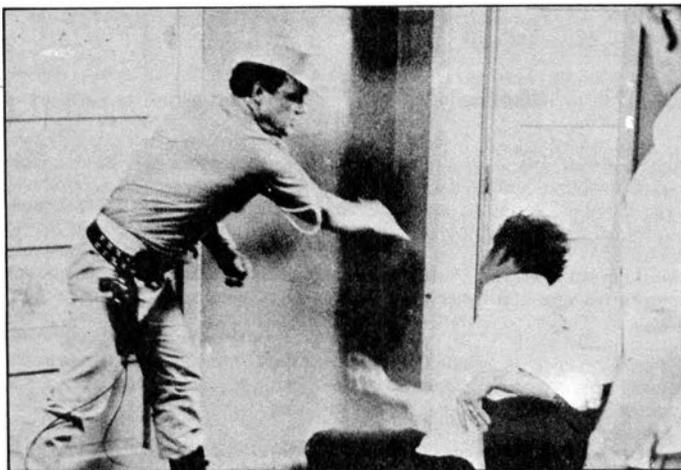
O projeto de anistia enviado pelo Governo ao Congresso é bem menos amplo do que seus autores haviam deixado supor. Ele deixa de fora cerca de duzentas pessoas (alguns cálculos vão a 370) acusadas de terem cometido crimes de sangue ou atos de terrorismo com base em provas arrancadas sob tortura em presos indefesos. Também no capítulo da reintegração de servidores civis às suas funções o projeto deixa a desejar, pois condiciona essa reintegração a um pedido do interes-

Ernestino

DONA TEREZINHA! CHAME
O CONSULTOR JURÍDICO E
PERGUNTE SE NO PROJETO
DE ANISTIA É CONSIDERADO
CRIME DE SANGUE
CHUPAR O PRÓPRIO
DOS OPERÁRIOS!



LAUDÍS/77



"Coice de Mula" em ação: depois da foto, uma reprimenda formal. Em todo o país, não existe um único policial preso, por ter torturado.

sado a ser submetido a uma comissão que julgará da conveniência ou não de seu atendimento. Quando se pensa que a esmagadora maioria das pessoas demitidas por ato institucional o foram com base em listas elaboradas por desafetos com o poder, como foi o caso, por exemplo, dos professores da Universidade de São Paulo, vê-se que o projeto de anistia do governo na realidade penaliza os injustiçados uma segunda vez.

O projeto de anistia revela os limites bastante estreitos

impostos ao Presidente da República por forças conservadoras de seu esquema de sustentação. Aliás, o projeto tem recebido muitas críticas de setores significativos da sociedade brasileira. A Igreja proclama que ele deveria ter maior grandeza, os trabalhadores, profissionais liberais, os estudantes esperavam muito mais. Todos, entretanto, voltam os seus olhos para o Congresso, na esperança de que ele não seja um dócil instrumento nas mãos do executivo, mas que assuma realmente seu papel na atual conjuntura brasileira.

NICARÁGUA — O FIM DE UM REGIME

A televisão permitiu que milhões de pessoas em todo o mundo pudessem ter uma idéia do que tem representado para o povo da Nicarágua os quarenta anos de regime Somoza. Diante das câmeras foi friamente assassinado o jornalista norte-americano Bill Stewart. Duas semanas mais tarde a mesma guarda nacional invadiu um hospital de emergência da Cruz Vermelha, matando e ferindo os

que ali se encontravam. E as populações das cidades tomadas pelos sandinistas foram bombardeadas com bombas de fósforo branco, proibidas pelas convenções internacionais. O próprio Somoza admitiu que sua renúncia apenas dependia de um acordo com os Estados Unidos, onde a opinião pública parece ter finalmente descoberto a verdadeira face do regime sustentado durante todo estes anos por uma política que está mudando, menos depressa, porém, o que os acontecimentos.

GRANDE TEMPLO PENTECOSTAL FOI INAUGURADO

No domingo 1 de julho, com mais de 15.000 pessoas, foi inaugurado o templo da Igreja Evangélica Pentecostal "O Brasil para Cristo", no Largo da Pompéia, cidade de São Paulo. O missionário Manoel de Melo, dirigente desse movimento evangélico convidou o Secretário-Geral do Conselho Mundial de Igrejas, Dr. Philip Potter para ser o orador oficial da cerimônia,

que contou também com a participação do Cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, além de mais de 300 pastores. As dependências do templo servirão não apenas para atos de culto, mas também para outras reuniões comunitárias, além de escola, ambulatório, creche etc. A Igreja "O Brasil para Cristo" é composta na sua maioria por setores populares, que com grande esforço levantaram, num período de 14 anos, cerca de 100 milhões de cruzeiros para a construção do templo.

FALECEU LÍDER ECUMÊNICO BRASILEIRO

Durante muitos anos trabalhou no Conselho Mundial de Igrejas, em diversas funções Luiz Carlos Weil, proveniente da Igreja Presbiteriana do Brasil. A carreira ecumênica de Weil foi bastante longa, iniciando-se no Brasil, com o serviço de refugiados do CMI. Depois foi eleito diretor da Comissão Ecumênica de Projetos, ligada à Confederação Evangélica do Brasil. O seu trabalho foi tão significativo que o Conselho Mundial de Igrejas o convidou para trabalhar em Genebra. Também foi um dos primeiros colaboradores para Participação no Desenvolvimento (CCPD) onde reafirmou sua grande sensibilidade para a problemática dos países subdesenvolvidos. Atualmente ocupava um alto posto no Departamento de Finanças. No dia 4 de julho, em Genebra, vítima de um enfarte Weil faleceu. Sem dúvida, o Movimento Ecumênico e principalmente os países subdesenvolvidos perdem grande colaborador. A equipe do CEDI vai sentir muito a falta de Luiz Carlos, grande entusiasta do seu trabalho e sempre disposto a colaborar com o seu projeto no Brasil.

“SERÁ QUE EU POSSO ME CALAR...?”

Encarregado da Pastoral do Setor Industrial da capital mineira, D. Arnaldo Ribeiro, bispo auxiliar de Belo Horizonte, conviveu durante quatro meses com o povo e com a realidade da Cidade Industrial. Recentemente enviou uma mensagem aos operários daquela região, na qual se perguntava: “Será que posso me calar, tendo visto esta realidade?”.

Eis um trecho da sua mensagem:

“Não pretendo ser completo, enumero aqui uma série de problemas existentes no Setor Industrial de Belo Horizonte, à Igreja que o Senhor me confiou: baixo salário, com a exigência de horas extras, biscate, trabalho da esposa e de menores. Horário de trabalho em turnos diferentes cada semana. Sistema de folgas, com folgas aos domingos, só cada 45 dias. O próprio sistema do FGTS que facilita a dispensa do operário sem justa causa ou que o leva

a pedir a retirada do fundo, por qualquer motivo. Insegurança no emprego, com alta rotatividade. Insegurança no trabalho quando em determinadas fábricas há uma média de 25 a 30 acidentes por mês, com o perigo de mutilações. Insegurança psicológica devido à repressão ou ao sistema de fiscalização do operário. A família sofre por causa da ausência dos pais. As residências em situação precária com aluguéis altíssimos. Impossibilidade de aquisição da casa própria, devido à especulação imobiliária galopante. Alimentação deficiente, bem como a assistência médica. Dificuldade de estudos ou por falta de escolas suficientes ou por causa da flexibilidade dos horários de trabalho. As condições caras, deficientes, superlotadas, sem horários regulares. Falta de lazeres. Aumento assustador do custo de vida. Insatisfação com as organizações sindicais. Vendo tudo isto, outra palavra não posso ter que a do mesmo Papa João Paulo II: “assim bradamos novamente: Respeitai o homem! Ele é criado à imagem de Deus”.

LIVRO SOBRE A TERRA

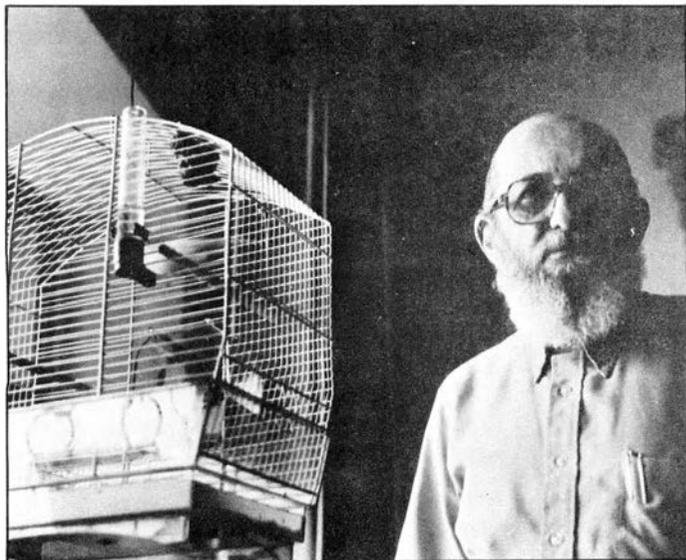
A Pastoral Social de Fortaleza acaba de publicar um livrinho intitulado – *O que todo agricultor precisa saber sobre terra*. Em linguagem simples, são explicados alguns aspectos do Estatuto da Terra que poderão ajudar na solução dos problemas rurais.



SECRETÁRIO-GERAL DO CMI VISITA O BRASIL

O teólogo Philip Potter, pastor metodista natural da ilha Martinica, nas Antilhas, e atual Secretário-Geral do Conselho Mundial de Igrejas visitou o Brasil na 1ª semana de julho cumprindo intenso e

extenso programa. Vindo a convite do Missionário Manoel de Mello para presidir a inauguração do principal templo da Igreja Pentecostal “O Brasil para Cristo” em São Paulo, o Rev. Philip Potter aproveitou a oportunidade para reunir-se com os representantes das Igrejas evangélicas brasileiras membros do CMI e com líderes do movimento ecumênico, tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro. Acompanhado pelos líderes das Igrejas ligadas ao CMI e representante da CNBB entrevistou-se com o Presidente da República a quem expressou a satisfação do CMI e das Igrejas evangélicas brasileiras pelas aberturas democráticas que vive o país, fazendo votos de que sejam o primeiro passo no necessário processo de redemocratização desejado pela opinião pública nacional. No Rio de Janeiro o Rev. Potter participou de um programa na TV Educativa (Canal 2) de uma hora de duração e deu entrevista coletiva à imprensa, ressaltando em ambas as ocasiões o compromisso evangélico das Igrejas com os oprimidos, parte essencial da fé cristã.



PAULO FREIRE, DOUTOR HONORIS CAUSA VIRÁ AO BRASIL

O Professor Paulo Freire, educador brasileiro que se tornou mundialmente conhecido através de seus livros “Pedagogia do Oprimido” e “Educação como prática da Liberdade”, acaba de ser agraciado pela Universidade de Genebra com o título de Doutor Honoris Causa em Ciências da Educação. Paulo Freire vive em Genebra desde 1970, onde trabalha como consultor especial em Educação do Conselho Mundial de

Igrejas e é Presidente do IDAC, Instituto de Ação Cultural.

Paulo Freire acaba de receber o passaporte que lhe foi negado durante quinze anos pelo governo brasileiro. A medida foi tomada não em virtude dos méritos internacionalmente reconhecidos do Professor Freire, mas graças a um mandado de segurança.

Paulo Freire deverá chegar ao Brasil em agosto, para rever parentes e amigos e participar de alguns encontros com educadores, agentes de pastoral e autoridades da Igreja.

Aconteceu

EVANGÉLICOS DENUNCIAM O USO DE DEFENSIVO AGRÍCOLA

As comunidades evangélicas de sete municípios gaúchos lançaram um manifesto de apoio à permanência do Receituário Agrônômico, visando a coibir o uso indiscriminado de defensivos agrícolas. Os pastores dos Municípios de Cruz Alta, Augusto Pestana, Ijuí, Panambi, Ajuricaba, Condor e Santo Angelo informaram que o uso do Receituário Agrônômico diminuiu a utilização dos pesticidas agrícolas, numa proporção de 30% na grande Santa Rosa; 40% em Carazinho e 50% no Alto Uruguai.

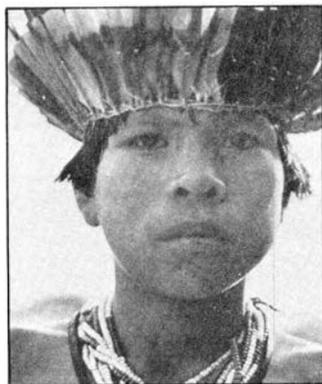
A denúncia destes pastores deve-se ao princípio que respeitam de que "a luta ecológica é uma tarefa de fé, porque Deus deu ao homem o compromisso de conservar a natureza". Lembram os autores do manifesto que "a Igreja Evangélica, diante do Evangelho e de seu compromisso ético para com o homem, quer dar seu integral apoio às entidades que defendem a manutenção e a aplicação deste Receituário. Quer também encorajar todos aqueles que, com destemor, têm levantado sua voz em favor da luta ecológica".

SITUAÇÃO DOS PESCADORES

A Pastoral dos Pescadores da Arquidiocese de Olinda e Recife, denunciou o retrocesso da legislação previdenciária para o pescador artesanal. O documento de 37 laudas analisa a insegurança do pescador diante da doença, invalidez, velhice e até da própria morte.

PACTO SOCIAL

O presidente da CNBB, D. Ivo Lorscheiter, disse que a Igreja passará a fornecer subsídios ao governo para a implementação do pacto social proposto pelos bispos durante o encontro recente com o presidente da República. Entende a CNBB que diante do atual processo político em curso, cabe a "busca de um novo modelo social, a partir de um amplo debate da CLT para eliminar o leque salarial existente, doença grave dos países subdesenvolvidos".



Menino índio de Bananal

A FUNAI DE SEMPRE...

D. Tomás Balduino, bispo de Goiás Velho e presidente do CIMI declarou ao jornal missionário *Kosmos* que o "outro lado da má tutela da FUNAI é de se apossar do patrimônio do índio. Pela lei a terra do índio é posse dele inalienável, tem direito a todos os usufrutos dessas terras com seus mananciais, com suas riquezas. A FUNAI tem dilapidado isso, tem roubado, vendido pinheirais, instalado serrarias entre pinheirais, tem vendido a castanha deles. No sul, por exemplo, onde instalou várias serrarias, os índios nem tinham o direito de usar a casca, o casqueiro para fazer seus barracos".

Falaram...

"Trabalhadores, intelectuais e parlamentares precisam se unir, porque temos um inimigo comum para derrubar, e esse inimigo é o regime."

(Luís Inácio da Silva, Lula, líder sindical)

"O sistema, que é arbitrário e prepotente, não é incompetente."

(Lisânias Maciel, ex-deputado, cassado)

"Ninguém tem o mérito de ter aberto o regime brasileiro, senão o povo, que forçou a sua participação."

(D. Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo)

"Sou um polonês pecador, estou ansioso por corações e música."

(João Paulo II, aos poloneses)

"Todos aqui parecem estar tentando manter a ordem, enquanto eu sou o único que estou criando o caos."

(João Paulo II, na Polônia)

"A normalização democrática não foi alcançada com a revogação do Ato 5, pois subsistem instrumentos de exceção que prolongam a tutela ilegítima exercida sobre o povo."

(Declaração de Florianópolis das Seccionais da OAB)

"Não acredito que o projeto do governo seja de uma anistia pobrezinha, mas muito generosa."

(D. Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo/SP)

"É preciso que fique bem claro que a CNBB não pretende ser a mãezinha de ninguém."

(D. Ivo Lorscheiter, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB)

"Nós temos um partido único, o partido de Jesus Cristo."

(D. Ivo Lorscheiter, presidente da CNBB)

"Não gosto do partido do governo, nem do da Oposição. Eu gosto é do Vasco da Gama."

(Roberto Carlos, cantor)

"Depois que Jesus Cristo nos anistiou não há possibilidade de um cristão colocar limitação na anistia."

(D. Angélico Sândalo Bernardino, bispo-auxiliar/SP)

"Ao pobre contribuinte, trabalhando 10 a 12 horas diárias para compor um salário degradante, agride o fato de que o Presidente gaste duas horas de seu tempo para aprimorar músculos e reflexos."

(A. D. jornalista, na "Folha")

"Se não forem anistiados os crimes de sangue, também não devem ser anistiados os torturadores."

(D. Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo/SP)

"Se a anistia não for ampla e total, não passará de um jogo publicitário por parte do governo."

(D. Angélico Bernardino Sândalo, bispo-auxiliar/SP)

"Há muita gente que está aqui fora e deveria estar lá dentro de um presídio."

(D. Eugênio Sales, cardeal-arcebispo/RJ)

"Esta é a grande oportunidade para o presidente Figueiredo entrar na História: conceder a anistia absoluta. Nada de meias-medidas."

(Nelson Rodrigues, dramaturgo)

"Gostaríamos que a anistia atingisse a todos."

(D. Avelar Brandão, arcebispo de Salvador/BA)

Vale a pena ler:

AS ILHAS DE RESISTÊNCIA

No Rio São Francisco, nestes anos 70, um nome se transformou quase em terror. Este nome é CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco, que para os pequenos agricultores é a “Besta-Fera” que um dia desceu no rio.

A ação da CHESF, da CODEVASF – Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco e a grilagem de terras na região são denunciadas no Boletim Especial da CPT.

“O exército amarrou corda na cumeeira das casas de quem não queria sair e derrubou”, conta um lavrador, que com esta frase revela como têm sido expulsos de suas terras, afastados de suas lavouras e porque

passam, alguns, a terem de viver embaixo de árvores. O documento é importante não só por relatar o sofrimento dos lavradores do Vale do São Francisco, mas principalmente por mostrar suas formas de resistência. Assim é que apresenta as seguintes partes:

I – Coronéis violentos desde o começo.

II – Do Rio nascia a Vida.

III – Um projeto para o São Francisco.

IV – Um dia a Besta-Fera desceu no rio.

V – A ação da CODEVASF.

VI – A grilagem com o apoio do governo.

VII – Os Caminhos da Resistência.

As Ilhas da Resistência – 55 pg., Comissão Pastoral da Terra – CPT, Cx. Postal 749, 74000 Goiânia – GO.

A FÉ NA PERIFERIA DO MUNDO

O teólogo franciscano Leonardo Boff acaba de lançar um livro candente sobre assuntos teológicos atuais. Analisa as situações de opressão e o papel da Igreja diante destas maiorias oprimidas. O autor faz um esboço de uma Cristo-

logia para os oprimidos onde afirma que a justiça de Deus só poderá ocorrer na medida em que justamente se tenha suprimido a opressão e o sofrimento que são causados, fundamentalmente, pela exploração de muitos por uns poucos.

A Fé na Periferia do Mundo – Ed. Vozes, Petrópolis, 1978.

FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA

O jesuíta J.B. Libanio acaba de lançar pela Ed. Vozes o que ele chama de subsídios sócio-analíticos para a análise da realidade. O livro compõe-se de três partes, assim divididas:

1. Processo de Mudança: Estudos das suas condições de Possibilidade.
2. Análise de uma estrutura Social.

3. Instrumentos de Análise Global.

O livro baseia-se numa série de cursos ministrados pelo autor à agentes de pastoral visando a uma associação da logia com a análise da realidade. Ou como escreveu Libanio: “O sentido da Palavra de Deus soava-lhes claramente comprometedor. Faltava-lhes, entretanto, pequenos instrumentos simples, acessíveis, elaborados dentro de uma perspectiva teológico-pastoral,



Acampamento de flagelados

CADERNOS DO CEAS

Sugerimos certos textos de base que são importantes para quem quiser aprofundar a problemática da terra e conhecer a posição da Igreja em relação a tão polêmico problema. O CEAS – Centro de Estudos e Ação Social – tem publicado vasto material sobre o assunto. Fizemos uma escolha para indicar, ainda que não exaustivamente, os textos que ajudarão nossos companheiros a aprofundar esta questão.

O número 46 da revista do CEAS é dedicado à terra. É de novembro/dezembro de 1976. Nele escreve Ossir Gorenstein – Cinco Séculos de Posse – onde mostra que está se verificando a reabilitação do regime das sesmarias, numa versão colonial moderna. A concessão oficial de incentivos fiscais e facilidades creditícias para a implantação de projetos agropecuários, ou de

extração vegetal ou florestal, acentuam ainda mais a ambição de grupos empresariais pela posse da terra. A equipe do CEAS produz um documento intitulado Latifundismo: Uso da Terra e Desenvolvimento, onde é questionada a “racionalidade” econômica da grande propriedade. Um outro texto – Povo em Êxodo à Procura de Terra “Livre” – apresenta parte de uma pesquisa que estuda as etapas da migração, a mudança de ambiente e ocupação, a causa e o destino de importantes correntes migratórias e a diferença de situações dos migrantes. Neste número se encontra ainda a posição da Comissão Pastoral da Terra – Coragem e Clareza Frente à Questão da Terra – afirmando a necessidade de uma Reforma Agrária, sindicatos livres e uma ação política eficaz.

Caderno do CEAS – Salvador, nº 46, Nov-Dez, 1976.

mas com subsídios das Ciências Humanas, a fim de que pudessem escolher as mediações para fazer vida e história à Palavra de Deus ouvida e acolhida na fé”.

Estes estudos visam à formação da consciência crítica que nas palavras do autor: “não é nenhum dote artístico, cujo exercício pressupõe qualidades prévias. Para a consciência crítica todos já possuímos a base indispensável: existir como ser humano, livre e inteligente. Mas não é

dado a todos, por circunstâncias culturais, poder desenvolver esse germe através de exercícios, de um processo de verdadeira conscientização e politização. Com esses instrumentos, esperamos que aqueles que se acostumam a usá-los possam sentir sempre mais necessidade de novos meios de analisar criticamente a realidade social”.

Formação da Consciência Crítica – Ed. Vozes/CRB, Petrópolis, 1979.



imprensa diária, há uma certa impressão de já ter visto tudo aquilo. Sei que para muitos outros, quem sabe a maioria dos leitores, ali estão concentradas as notícias às quais não têm acesso os que estão fora dos grandes centros urbanos, e isso lhes é útil. Mas acho que deve haver uma contribuição mais substancial de notícias geradas no próprio movimento.

Finalmente, as finanças. Suponho que o formato atual deva ter custado mais caro do que o antigo, sendo, maior, mais ilustrado e impresso em off-set em papel superior. Mando-lhes um cheque para renovar minha assinatura e cobrir parte do déficit gerado pelo envio da publicação a tantos leitores que não podem pagar. (Será que realmente não podem?) Este meu gesto é uma forma de responder ao esforço que vocês estão fazendo: quer dizer que gostei, que quero que continue e que faço votos que muitos sigam meu exemplo. Tempo e Presença poderá vir a preencher uma lacuna que existe em relação à Pastoral Popular nas publicações destinadas aos que a vivem.

Pedro Tomás
Nova Iguaçu — RJ

Esperamos corresponder à sua expectativa. Esta seção está aberta a contribuições e ao debate; fica portanto lançada aos demais leitores a idéia de que se transformem em correspondentes de Tempo e Presença, mandando-nos notícias sobre o que acontece em suas comunidades.

Esperamos que outros sigam seu exemplo e nos enviem o pagamento de suas assinaturas. Em tempo: nossos custos de produção, na nova fase, foram mantidos quase ao nível do antigo boletim, graças a uma reorganização interna do setor e sua relação com a gráfica.

○○○○○

Recebi, surpresa, — agradavelmente surpresa — o primeiro número de Tempo e Presença, metamorfose do antigo boletim do CEI.

Gostei do tamanho, gostei do papel, gostei muito da apresentação, gostei da matéria.

O passo que vocês deram foi arrojado e sei que vai agradar a gente como eu que lê muito e

que tem gosto estético. Mas pergunto se nisso não há perigo de um elitismo? Creio, sinceramente, que a nova revista se distancia de 90% de minha congregação. O boletim era mais terra a terra. . .

Será que não é hora de vocês pensarem em dois tipos de publicação? Afinal, ao próprio preço de Cr\$ 180,00 ao ano, uma revista como a que vocês agora vão publicar só é acessível àquela camada que os seus gráficos apontam como os que "estão por cima".

William Schisler Filho
Igreja Metodista de Florianópolis — SC

Agradecemos as palavras amáveis do Rev. Schisler, que fala com a autoridade de quem dirigiu por muitos anos a saudosa revista Cruz de Malta, órgão oficial da juventude Metodista, desaparecida em 1968. Fazemos nossa sua preocupação com o perigo de uma visão elitista, sempre pronta a se infiltrar sorratamente em meio às melhores intenções. Não seria elitista, por exemplo, pensar que uma publicação bem cuidada deixa de ser acessível aos que a liam quando ela era feita sem recursos?

○○○○○

Antes de mais nada gostaria de cumprimentá-los, pela nova apresentação de seu boletim Informativo, agora em formato realmente mais agradável, demonstrando o esforço e a riqueza de seu trabalho. Parabéns.

Em segundo lugar, lamento que, justamente neste número especial — 151, os senhores tenham cometido um pequeno equívoco, que espero seja esclarecido no próximo número. Refiro-me à Última página, o artigo sobre anistia. Esse artigo foi publicado, na íntegra, no EXPOSITOR CRISTÃO, nº 5 da 1ª quinzena de março de 1979. Não saiu, em sua publicação, nenhum crédito. E o Rev. Leonildo S. Campos, não é Pastor Metodista. Ele é Pastor da Igreja Presbiteriana em Mauá, São Paulo.

Rev. Jorge Cândido P. Mesquita
Redator-Chefe do
Expositor Cristão — São Paulo.

Fica aqui feito o registro com nossas desculpas pela involuntária omissão.

Para um menino criado sob as promessas do fogo eterno para os "pecados mortais" cometidos; com a visão de uma Igreja imponente de gestos, graves e grandiloquente de palavras; sinônimo de penitências e longos sermões, mas que — agora vejo — na verdade era pobre de ações, muito me conforta e surpreende, além de renovar as esperanças, tomar hoje conhecimento, através de Tempo e Presença, de uma Igreja que em muito se distancia daquela de meus tempos de catecismo e primeira comunhão.

Essa nova atitude, que eu já percebia de alguns anos para cá, através das notícias dos jornais e das declarações de padres e bispos no rádio e TV, se tornou palpável durante a recente greve dos professores públicos do Rio de Janeiro, quando acompanhando minha mulher, visitei uma igreja no subúrbio, pedindo o apoio dos padres daquela comunidade ao movimento do magistério. Foi um padre-gente que nos recebeu. Não um "santo-homem", puro e etéreo. Mas uma pessoa como nós, ciente de nossa realidade e compreendendo nossa luta e problemas. E mais, tomando parte neles: a carta aberta à população redigida pelos professores públicos para esclarecer a situação do magistério fluminense foi lida ao final de todas as missas daquela paróquia.

No entanto, já não foi uma atitude de compreensão e consciência aquela tomada por outra igreja, daquela região que acolhia em uma de suas salas esses mesmos professores que lá se reuniam para tratar de seus problemas e possíveis atuações, e que foram gentilmente convidados a se retirarem por ordem do Cardeal Dom Eugênio Salles. Vê-se, portanto, convivendo lado a lado, posições diversas e antagônicas.

Mas agora, ao ler Tempo e Presença, mais clara se torna minha visão sobre uma igreja que de conformista e conivente se torna pouco a pouco combativa e consciente.

Ao final, só espero que mais pessoas possam dela tomar conhecimento, e para isso uma distribuição ampla da revista nas comunidades suburbanas seria desejável, a par de uma linguagem clara e simples, além de um preço realmente acessível.

Sem mais, votos de uma marcante presença em favor da justiça em nosso conturbado tempo.

Egeu Simas
Bonsucesso — RJ

Trabalho e Libertação

Tendo Sambalá ouvido que edificávamos o muro, ardeu em ira e se indignou muito, e escarneceu dos judeus. Então falou na presença de seus irmãos e do exército de Samaria, e disse: Que fazem estes fracos judeus? Permitir-se-lhes-á isso? Sacrificarão? Darão cabo da obra num só dia? Renascerão, acaso, dos montões de pó as pedras que foram queimadas? Ouve, ó nosso Deus, pois estamos sendo desprezados; caia o seu opróbio sobre a sua cabeça, e faze que sejam despojo, numa terra de cativo.

Assim edificamos o muro, e todo o muro se fechou até a metade de sua altura; porque o povo tinha ânimo para trabalhar.

Mas ouvindo Sambalá e Tobias, os arábios, os amonitas e os asdo-ditas, que a reparação dos muros de Jerusalém ia avante o que já se começavam a fechar-lhes as brechas, ficaram sobremodo irados. Ajuntaram-se todos de comum acordo para virem atacar Jerusalém, e suscitar confusão ali.

Quando os judeus que habitavam na vizinhança deles dez vezes nos disseram: De todos os lugares onde moram subirão contra nós,

e então pus o povo, por família, nos lugares baixos e abertos, por detrás do muro, com as suas espadas e as suas lanças e os seus arcos, inspecionei, dispus-me, e disse: Não os temais; lembrai-vos do Senhor, grande e temível, e pelejai pelos vossos irmãos, vossos filhos, vossas mulheres e vossas casas.

E sucedeu que, ouvindo os nossos inimigos que já o sabíamos, e que Deus tinha frustrado o desígnio deles, voltamos todos nós ao muro, cada um à sua obra. Daquele dia em diante, metade dos meus moços trabalhava na obra, e a outra metade empunhava lanças, escudos, arcos e couraças; os carregadores, que por si mesmo tomavam as cargas, cada um com uma das mãos fazia a obra, e com a outra segurava a arma. Os edificadores cada trazia a sua espada à cinta, e assim edificavam; o que tocava a trombeta estava junto de mim. Disse eu: Grande e extensa é a obra, e nós estamos no muro mui separados, longe uns dos outros.

Assim trabalhávamos na obra; e metade empunhava as lanças desde o raiar do dia até ao sair das estrelas.

Neemias 4 – Trechos





1. O texto é um canto ao trabalho. Nas origens da Bíblia o trabalho com o suor do rosto é castigo na medida em que o homem tem que refazer aquilo que ele mesmo destruiu. Não compete perguntar o que seria o mundo se não tivesse havido a queda e quebra da ordem divina criada já que este não é o fato. Trabalho é castigo, mas a redenção há que fazer-se também do trabalho humano.

2. Também não pretendo discutir aqui por que o trabalho que tinha por escopo reconstruir o que fora desfeito passou a ser manipulado pelos opressores e se fez muitas vezes dor, cansaço, peso. Este também é um fato em muitas sociedades e na nossa. No texto em destaque, a opressão, o egoísmo, a maldade destruíram os muros de uma cidade-símbolo e era um resto de fiéis que tentava reconstruí-lo pelos filhos, pelas mulheres.

3. As condições do trabalho em nossa sociedade entre operários e agricultores são as de um cântico-angústia ("Nossos opressores nos pediam um cântico de alegria" proclama o salmo 137). Estão carregados de ânimo e desânimo, trabalho e luta, instrumentos de trabalho e de guerra porque o trabalho possa pelas dores do parto em que precisa nascer, ou renascer como forma de construir algo que outros não tem destruído.

4. Duas reflexões básicas nos sugere o texto de Neemias:

a) como, a partir do suor e da cansaço, se pode compreender as oportunidades que o trabalho nos oferece, passando-se a amar esse trabalho que afinal é arma;

b) como perceber os objetivos do opressor que explora o trabalho para burlá-los e enclavar no trabalho uma dimensão libertadora.

5. A realidade de Neemias se consubstancia na cidade destruída, as muralhas arrasadas. Há uma oportunidade de refazê-las e uma necessidade também. Mas a cidade representa a reorganização de um povo e a sua decisão de voltar a ser povo. Chega de escravidão! Chega de babilônias! Os adversários temem o povo porque quer ser povo e pretendem frustrar a obra! Nada de Jerusalém!

6. A perspectiva de um trabalho que apenas se situa no campo da subsistência mínima ou como proposta individual de superar os índices de miséria para galgar estágios de bem-estar e poder é tão escravizante como o trabalho forçado nos campos de concentração. Daí se anatematizar o trabalho porque – manipulado pelos donos da mão-de-obra –

elê jamais responde suficientemente a essa dupla aspiração. Ou quando responde à segunda – a de alcançar melhor nível social – as mais das vezes gera um subopressor. Por isso em nossa sociedade o operário se acomoda, se amesquinha, se vende ou se faz operário-padrão. Daí o prêmio que o dono lhe dá.

7. *Interlúdio.* É gritante que a pobreza se faça riqueza para alegrar os de cima, quando, nas passarelas do carnaval, milhares de vozes e vidas, pela bajulação de um dia de faz-de-conta, milhares de sofridos operários e marginalizados, são capazes, numa escola-de-samba, de provocar aplausos dos que lhes pediram que cantassem um cântico de festa (parêntese de lágrimas e fome) para delírio de turistas e outros que sempre estão por cima (nas arquibancadas também). Depois se ouvirá aqui e ali: "E dizem que são pobres! olha como gastam! que luxo!" Uma dupla humilhação: Tantos sacrifícios por um ideal frustrante e por cima às vezes, bobos da corte.

8. Na história de Neemias os homens percebem o temor do inimigo, o ponto fraco dele. Isto quer dizer: concluem que em seu braços calcados de pedras está a sua força e que as mesmas mãos podem edificar seu amanhã transformando-o no hoje, e que também podem, se necessário, manejar armas. A história não diz que precisassem usá-las, mas os profetas bem que falam na sagrada ambigüidade do arado que pode se fazer arma, e da arma que se pode converter em arado (Is 2.4; Jl 3.10).

9. Fabricar tijolos no Egito era escravidão mesmo com panelões de cebolas e batatas. E eles no deserto vão sentir saudades trágicas desses panelões. Porém, não fabricar tijolos, mesmo na perspectiva de não terem o que comer, se fez ato libertador, muito mais construção, porque perceberam – molhados de suor – que as piores chibatadas não eram as dos verdugos, dos capatazes, mas as das cebolas gostosas. Eram as panelas cheias do opressor que alimentavam a opressão. Quando comiam e ficavam satisfeitos, perdiam a dimensão da vontade libertadora de um Deus que de há muito ouvia os seus gemidos. É esse o paradoxo da comida que mata de fome aparentemente matando a fome. Eram os filhos de Jacó. No seu inconsciente coletivo estava o homem que vendeu a sua bênção por um prato de comida. A esperteza de Jacó trazia em seu bojo a boçalidade de Esaú, e o legítimo direito que era de Esaú ficou no sangue deles, mas poluído pela covardia da não-resistência.

10. O povo de Deus, na Bíblia, sempre vai viver o risco da tentação de um prato de comida. Por isso o cântico do salmo 137 – um cântico de



consciência de opressão – vai repercutir na resposta de Cristo: “Nem só de pão viverá o homem...” O não às forças que oprimem é a única maneira de dizer sim à libertação que Deus quer realizar. Os braços do operário que se cruzam conscientes são os braços que se nutrem para começar a construir. São a grande força que o opressor teme. Pior para estes só quando aqueles começam a construir.

11. No texto de Neemias ocorre a experiência magnífica do trabalhador que redime seu próprio trabalho. Organizando-se o povo – uma nação dentro de outra – frustram-se os objetivos inimigos. Quando Judá percebe isto, ele se apercebe, ao mesmo tempo de que o povo desanima (“Já desfalecem as forças dos carregadores, e os escambros são muitos; de maneira que não podemos edificar o muro”, v. 10). Então o trabalho se faz luta (v. 13). Ainda têm medo. Todas as lutas no meio do trabalho geram medo (da perseguição, demissão, fome, desemprego). E Neemias profetiza: “. . . lembrai-vos do Senhor, grande e temível, e pelejai pelos vossos irmãos, filhos, filhas, mulheres e casas” (v. 14).

12. O profeta Miquéias vai dizer (2.3): “... também tramo o mal contra essa gente (que explora o trabalho), uma desgraça tão grande que não poderão andar com a cabeça levantada”. E é o mesmo profeta que faz de Deus estas palavras: “Quando se reúna a Assembléia do Senhor, não haverá ninguém para reservar a ele uma quadra de terra” (2.5.).

13. É o canto ao trabalho. É a celebração do trabalho-castigo que, redimido, se faz trabalho-princípio para o qual o homem foi criado no alvorecer dos tempos, quando foi posto num jardim que era seu. Nenhum poder é mais forte do que o de um operário em construção consciente. Os versículos 10 a 12 celebram braços e mãos ora em tijolos e pedras, ora em armas. As revoluções sociais que redimem o trabalho e devolvem ao homem o fruto de seu suor são imbatíveis e irreversíveis, porque é o homem que se reconstrói e se redime apesar da herança de Esaú, apesar dos Tobias que tentam proclamar o colapso daquilo que eles estão fazendo.

14. Se continuarmos a ler o Livro de Neemias, vamos defrontar-nos com as peripécias, os vaivéns da obra e o trabalho que ele e Esdras têm para manter a organização do povo. E o Livro não tem um ponto final, tem, mais propriamente reticências porque conclui com uma expressão de fé que olha para o futuro: “Recorda-te de mim, Deus meus, para meu bem” (13.31). Isto tem muito a ver com a perspectiva escatológica da Bíblia.

15. Para concluir seria oportuno conferir dois textos do Novo Testamento:

a) O primeiro (Mt 16.18) são as palavras de Cristo: “Edificarei a minha Igreja”. O nosso futuro do presente não explicita tanto a idéia original que é “estou edificando”. O sentido continuativo desta expressão de Jesus é importante. Assume-se na ação continuada que magnificamente mistura os Pedros e as pedras num jogo de palavras rico e intencional. Seja porque os músculos são pedras e as pedras são armas (Sl 137, 1 Pe 1) e construção é luta, luta é vida, e vida nem sempre é a paz do nada-que-fazer (“Não vim trazer a paz, mas a espada...”).

b) O segundo texto (Ap 21.5) nos grita com a afirmação: “Eis que faço novas todas as coisas”. As coisas que somente são últimas na medida em que se fazem as primeiras de uma nova era. Mais uma vez o original nos chama para a ação continuada: “Estou fazendo novas...”.

16. Temos assim duas expressões amplas de uma vontade divina que se faz carne em vontade humana, onde o fazer e o edificar pertencem ao campo semântico de salvação, igreja, assembléia, muralhas – palavras-símbolos. E Jerusalém se cristaliza em tais conceitos. O povo não podia perder de vista Jerusalém, não como a cidade que uma vez construída seria imbatível num determinado lugar, mas como símbolo da resposta aos anseios que devem estar presentes no trabalho-celebração.

17. E agora concluo mesmo. Babilônia é a cidade-escravidão. Jerusalém é a cidade-libertação. Os construtores da primeira eram escravos porque a construíam sem entendê-la e sem a amar. Jerusalém é a cidade-povo, leva as marcas de um presente que também é futuro e depois presente. Daí o cântico dos que não querem fazer música para os aplausos do opressor.

“Se me esquecer de ti, Jerusalém,
que a minha mão se esqueça de servir-me!
Que minha língua se pegue ao paladar,
se de ti não me lembrar,
ou se tu, Jerusalém, não fores para mim
a minha maior alegria! (Sl 137)

18. *Poslúdio*. Algum dia as escolas-de-samba vão cantar outro canto, sambar outro samba. A alegria vai ser outra.



REFORMA AGRÁRIA – ASSUNTO PARA QUEM?

Silvio Meincke
Pastor luterano

O ministro da Agricultura, Delfim Netto, é de opinião que a Reforma Agrária é assunto para economista desocupado.

Em Ijuí, no Bairro Alvorada, conheci o velho Zeca. Mora num rancho muito pobre. Entre o rancho e a estrada, uma nesga de chão, se muito uns três metros quadrados. Tão colono é o coração do velho Zeca, que plantou neste fiapo de chão nada menos que um pé de cana-de-açúcar, um pé de abóbora, três pés de aipim e meia dúzia de pés de milho. Era agregado até poucos anos, quando a máquina do patrão o expulsou para a favela.

Faz poucos dias conheci o seu Brito, de Bagé. Contou-me do seu vizinho, um fazendeiro de 2.500 hectares. Agora, quando o seu filho único passou no vestibular de Medicina, presenteou-o com uma fazenda de 800 hectares.

O ministro da Agricultura é de opinião que a Reforma Agrária é assunto para economista desocupado.

Em Rio Pardo conheci duas famílias de grandes proprietários de terras. Um dos casais tinha uma única filha, enquanto o outro casal tinha um único filho. Ajeitaram o casamento entre seus filhos para que, no futuro, todos os bens fossem juntados num só bolo. O casal jovem, por sua vez, tem um único filho. Há dois anos, no Natal, um dos avós resolveu presentear o neto com um Passat. O outro avô, para não ficar atrás, presenteou o neto com um Opala. O jovem rapaz, na "ádua tarefa" de ocupar dois carrões nas noites porto-alegrenses, tornou-se um péssimo estudante.

Nesta mesma cidade de Rio Pardo – uma das mais velhas do Rio Grande do Sul – somente na década de sessenta foi criado um colégio de 2º Grau. Antes, os filhos dos fazendeiros estudavam em Paris ou Lisboa, ou então no Rio. E os filhos dos peões não necessitavam de estudo. Muitos filhos de fazendeiros, depois de "duras aprendizagens" nas noites parisienses, voltavam "doutores", sem nunca terem conhecido os bancos das Universidades.

O ministro da Agricultura é de opinião que a Reforma Agrária é assunto para economista desocupado.

Sempre se dizia que a maior população bovina estaria nas grandes fazendas da Campanha Gaúcha. Quando foi feito um levantamento sério, para surpresa geral, constatou-se que as pequenas propriedades do Alto Taquari mantêm uma população bovina bem maior que a Campanha. Mas a criação de bovinos no Alto Taquari é de quarta ou quinta importância, depois do porco, do milho, dos 100.000 litros diários de leite só no município de Estrela, além da batatinha, do feijão, da soja, das aves, das frutas e de tantos outros alimentos que aqui se produzem e que não são plantados na Campanha.

Mas o ministro da Agricultura, depois de ter demonstrado, no Ministério da Fazenda, o seu modelo de concentração de renda e de propriedade, é de opinião que a Reforma Agrária é assunto para economista desocupado.

O Brasil tem em torno de 11.000.000 de bóias-frias, vivendo numa pobreza terrível. Bóias-frias são pessoas que vivem na terra, trabalham na terra, mas não têm terra. Reúnem-se em determinado ponto e esperam que os grandes proprietários os busquem e usem mão-de-obra barata. Isto, por incrível que pareça, num país que está entre as nações do mundo que mais tem terra para dar. Mas prefere-se vender as terras para consórcios de pessoas que nunca sujarão e nunca sujarão uma unha sequer no trabalho da terra, em grande parte a consórcios e empresas es-

trangeiras. Empresas que não compram algum pedaço de terra, mas compram áreas enormes, que se medem em centenas de milhares de hectares.

O ministro da Agricultura, reconhecidamente um homem que pensa salvar a Pátria, concentrando a renda e a terra nas mãos de poucos, é de opinião que a Reforma Agrária é assunto para economista desocupado.

Conforme reportagem do Jornal *Zero Hora*, de 5 de fevereiro, a pequena propriedade assinala o percentual mais elevado de emprego estável, enquanto que a grande propriedade, a propriedade do "modelo bolista" do ministro gera o maior número de empregos instáveis. Sabemos que a concentração de renda e da terra nas mãos de sempre menos pessoas é uma das principais causas da evasão do homem do campo para as periferias dos grandes centros. O chamado êxodo rural, com as suas múltiplas e funestas conseqüências, tais como: falta de moradia, falta de emprego, falta de escola, falta de transporte, falta de comida, prostituição, marginalização, subnutrição e outras mais. Conseqüências que se procura depois corrigir com remédios ineficientes, através de projetos de Assistência Social, com enormes gastos públicos.

O ministro, no entanto, é de opinião que a Reforma Agrária é assunto para economista desocupado.

Como cristão, sou de opinião que a terra pertence a Deus e por isto a Reforma Agrária é assunto meu também, queira ou não queira o novo ministro. Pois, se a terra é de Deus, então ela é de todos os seus filhos e o fruto da terra deverá vir em benefício de todos. Eu não quero terra e não necessito de terra, porque o meu trabalho é outro. Mas há milhões de pessoas – filhos de Deus, a quem pertence a terra – que são colonos de coração e que só aprenderam a trabalhar na lavoura, mas não têm condições de comprar um pedacinho de terra e, quando moram como agregados, a mal dirigida política fundiária de lá os expulsa para a miséria das favelas. Por isto a Reforma Agrária é assunto também para estes miseráveis.

A quem pertence todo este vasto chão deste nosso enorme Brasil? Pertence às pessoas que o querem e precisam trabalhar, que não têm como sobreviver sem ele ou ele pertence aos que têm capital e dinheiro para comprá-lo? A quem cabe a última palavra: ao que necessita da terra, ainda que seja em pequenas propriedades, sabidamente mais produtivas do que as grandes propriedades, ou aos homens de dinheiro, que não precisam da terra e nem a querem trabalhar, sejam eles brasileiros ou multinacionais?

A terra pertence a Deus e, por isto mesmo, a todos os seus filhos. E o fruto da terra deve vir em benefício de todos. Será que o ministro já pensou nisto? Por pensar assim eu sou de opinião que a Reforma Agrária é assunto meu também, e assunto para todos que querem trabalhar a terra, de todos os cristãos que dizem amar o próximo. A Reforma Agrária é assunto também para todos os economistas que têm coração, que pensam no homem, no humilde e no faminto homem expulso do campo para as periferias das grandes cidades ou transformado em bóia-fria das grandes empresas, às quais passa a servir sem garantias, como mão-de-obra barata e explorada.

Mas o ministro é de opinião que Reforma Agrária é assunto para economista desocupado. Talvez ele pense assim por não ter visto jamais uma enxada de perto, e por não ter sentido, nem no coração sem misericórdia e nem no estômago, o que é uma barriga roncando de fome.